



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 257 -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e oito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lígia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); -----

----- Ponto dois: Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de reconhecimento de equipamento de interesse público municipal, à obra do Complexo Social da Casa do Povo de Amoreira da Gândara, no que se refere ao seu enquadramento na política de ordenamento do Plano Director Municipal de Anadia, em conformidade com o disposto na alínea g) da Ficha Instrutora dos Procedimentos de Reconhecimento de Interesse Público da Ocupação de Áreas da Reserva Ecológica Nacional, emanada da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e nos termos das alíneas n) e p) do n.º 1 e alínea b) do n.º 3 do art.º 3.º do RAMA. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas quinze horas e trinta minutos. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----
- • Fernando Morais da Silva – GM do PSD; -----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----
- • Lígia Filipe Seabra – GM do PSD; -----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD; -----
- • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----
- • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----
- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS; -----
- • Jaquelina Soares dos Santos – GM do PSD; -----
- • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----
- • Acácio da Conceição Maças – GM do PS; -----
- • João Alves Morais – GM da CDU; -----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----
- • António Manuel da Costa Faria Cavadas – GM do CDS-PP; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD - PJF da Amoreira da Gândara; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD - PJF de Arcos; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho. -----
- • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita; -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; --
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----
- Não compareceu à sessão e não solicitou a sua substituição o Senhor Deputado, do indicado GM: -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD. -----
- Não compareceu à sessão mas solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 11.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, a seguinte Senhora Deputada, do indicado GM: -----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD – substituída por Jennifer Nunes Pereira. -----
- Não compareceram à sessão mas solicitaram a sua substituição, nos termos do art.º 16.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, os seguintes Senhores Deputados e PJF, do indicado GM: -----
- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguim – substituído por António Lopes Fernandes Sérgio; -----
- • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos – substituído por António Floro dos Santos Ferreira. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----
- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----
- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador. -----
- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro: -----
- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no início do período de antes da ordem do dia (PAOD) informou o Plenário dos pedidos de substituição apresentados, bem como da renúncia de mandato apresentada pelo Deputado Municipal Daniel Meira (PS), tendo-o feito através de carta endereçada ao Presidente da Assembleia Municipal, que foi lida e que se encontra anexa ao livro de actas. A renúncia foi efectuada nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º do RAMA e justificada por motivos de saúde. Sendo um acto unilateral toma efeitos imediatos tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informado o Plenário de que o procedimento seguinte é o de substituição, nos termos do artigo 13.º do RAMA, pelo membro a seguir na respectiva lista, que no caso concreto é o Deputado Municipal André Miguel Henriques, que passaria a Deputado Municipal efectivo, tendo o mesmo já sido devidamente convocado para esta sessão. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal prescindiu de verificar a identidade e legitimidade do referido Deputado Municipal pelo facto de o já ter feito noutro momento. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a acta número duzentos e cinquenta e cinco, previamente disponibilizada aos Senhores Deputados Municipais, de acordo com o n.º 2 do art.º 51.º do RAMA, referente à sessão extraordinária realizada no dia vinte e cinco de Abril de dois mil e oito. Após proposta de rectificação, aceite pela Mesa da Assembleia, a acta em questão foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e três abstenções. -----

----- Passou, de seguida, à discussão da acta número duzentos e cinquenta e seis, também previamente disponibilizada aos Senhores Deputados Municipais, de acordo com o n.º 2 do art.º 51.º do RAMA, relativa à sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de Abril de dois mil e oito. Não se tendo registado intervenções, procedeu-se à votação da acta em questão, que foi aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções. --

----- Terminadas as discussões e as votações das actas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período de intervenções do PAOD, passando, de imediato, a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para uma primeira intervenção. -----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), referiu que a sua intervenção tinha como objectivo solicitar ao Senhor Presidente da Câmara uma tomada de posição relativamente ao caso de denúncias provenientes do próprio PSD, e que muito espantou os Deputados do Grupo Municipal do PS, de que o Senhor Presidente da Câmara terá pressionado funcionários da Câmara Municipal de Anadia a filiarem-se no PSD, no contexto de uma disputa partidária pela direcção da Comissão Política Concelhia. Caracterizando-o como um facto tão insólito e tão grave, disse que não o poderiam deixar passar em claro e não poderiam deixar de obter do Senhor Presidente da Câmara uma posição sobre essa denúncia. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que, depois de cumprimentar os presentes, interpelou o Senhor Presidente da Câmara, uma vez decorridos quase cinco meses, após a movimentação da população de Anadia em defesa das urgências do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bem como da defesa da consulta aberta no Centro de Saúde de Sangalhos, em que o Senhor Presidente da Câmara tanto se empenhou em defesa da população e da manutenção do serviço de urgências, porque motivo se tinha colocado em silêncio, nada dizendo, apenas levantando alguma pequena informação que deu na inauguração da Feira da Vinha e do Vinho. Perguntou, também, ao Senhor Presidente da Câmara se o protocolo que disse querer assinar com a Senhora Ministra da Saúde era o protocolo que o Governo impunha à Câmara Municipal após o encerramento das urgências, ou se é um protocolo que sirva a população do concelho em geral, tendo referido que esperava que o Senhor Presidente da Câmara não se esquecesse do que disse nestas manifestações, quer em Anadia, quer em Sangalhos. Em segundo lugar, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para o esclarecer se já havia algum licenciamento de uma futura Estação de tratamento de resíduos no concelho de Anadia e o respectivo local e freguesia. Também disse que não queria deixar de ser esclarecido relativamente às denúncias de pressão sobre os funcionários da Câmara Municipal, porque com alguma mágoa e com grande tristeza que "tinha visto essa perseguição", pelas duas cartas que tinha recebido, das quais tinha uma em sua posse, uma carta anónima que acabou por pedir para que fosse anexa à acta. Confrontou o Senhor Presidente da Câmara se era ou não verdade esta pressão, porque ao fim de trinta e dois anos de regime democrático, disse ficar triste se usam esses métodos, e acima de tudo, por parte do Senhor Presidente da Câmara que se diz um verdadeiro democrata.

Mencionou esperar que o Senhor Presidente da Câmara repense bem esta sua atitude, tome uma posição pública perante esses funcionários que pressionou e que não ele queira ser o "futuro Mugabe do concelho de Anadia". -----

----- Terminada a intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU) e antes de passar à seguinte, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente a uma das questões que este Deputado Municipal colocou à Mesa, nomeadamente sobre a sua pretensão de anexar uma carta anónima à acta, adiantou que não fazia qualquer sentido deferir essa sua pretensão, por considerar pouco correcto anexar cartas anónimas a actas e por lhe subsistirem dúvidas quanto à legalidade de tal acto, não deixando, no entanto, de referir que a Mesa iria analisar essa sua pretensão. -----

----- De imediato concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), dando, assim, continuidade ao período de intervenções. No uso da palavra, o Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), referiu que a sua intervenção tinha por base, especificamente, falar de um assunto deliberado na reunião de Câmara realizada no dia vinte de Maio, em que tinha sido apresentada uma proposta de aplicação de uma tarifa de disponibilidade em substituição do aluguer do contador de água. Lendo com atenção a acta desta reunião, disse ter constatado algumas inverdades, alguma argumentação que não correspondia à realidade, no sentido de defender a proposta que tinha sido levada à reunião pelo Executivo. Primeiramente considerou desnecessário levar a reunião de Câmara uma proposta de fixação e aprovação de uma tarifa de disponibilidade, porquanto essa tarifa já existia. Continuando, referiu que, pegando nos recibos anteriores dos Serviços Municipalizados, verificava que dos mesmos constava a dita tarifa de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponibilidade - constava tarifa de disponibilidade e, entre parêntesis, aluguer de contador. Portanto, concluiu que já havia uma tarifa de disponibilidade, só que tinha um adjectivo chamado aluguer de contador, entre parêntesis, e que o que era acentuado é que era uma tarifa de disponibilidade. Entretanto, constatou que nos novos recibos, de Junho, se mantém a tarifa de disponibilidade, só que o aluguer do contador é cortado com um x, o que, em sua opinião, era a mesma coisa. Depois, referindo-se novamente à acta de vinte de Maio e recorrendo a ela, constatou que aparecia, para convencer os Vereadores do PS, uma série de argumentações, usadas pelo Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente a dizer que as tarifas são baixas, que os Serviços Municipalizados não podem prescindir da verba respeitante ao aluguer dos contadores; refere que dois mil e duzentos consumidores, ou duas mil e duzentas ligações de água, têm muitos meses em que o consumo é zero, e afirma, também, que a média de consumo por ligação doméstica é de cinco metros cúbicos por mês e, portanto, que não é rentável para os Serviços Municipalizados um fornecimento de água, a prestação do serviço, se não se mantiver a tarifa de disponibilidade. Constatou, ainda, que no seguimento a Senhora Vice-Presidente corroborava a argumentação do Senhor Presidente da Câmara e referia que o Município de Anadia era o que, em termos de custo de água para os consumidores, continuava a praticar os preços mais baixos, tendo lembrado que ainda recentemente os tinha baixado. Relativamente a esta intervenção da Senhora Vice-Presidente disse, peremptoriamente não corresponder à verdade, justificando que em Julho de dois mil e seis o preço da água, no primeiro escalão, era de vinte e sete centimos por metro cúbico, e em Junho de dois mil e oito, com início de Janeiro de dois mil e oito – comparando, praticamente, vinte e quatro meses – o primeiro escalão é de trinta e um centimos por metro cúbico. Resumindo, disse que tal representava, pura e simplesmente, um aumento de catorze vírgula oitenta e dois por cento. Continuando, anunciou que no segundo escalão, o preço por metro cúbico era de quarenta e cinco centimos, tendo passado, em dois mil e oito, para cinquenta e um centimos, o correspondia a um aumento, no prazo de dois anos, de treze vírgula trinta e três por cento. Ora, como explicou, fazendo um ligeiro raciocínio, e partindo do princípio, e acreditando na afirmação do Senhor Presidente da Câmara, de que a média de consumo, por ligação, é de cinco metros cúbicos, disse ter verificado e constatado que a média de aumento do custo da água, nesses dois anos, foi de catorze por cento e lembrou que a taxa de inflação, nesses dois anos, não ultrapassou, mesmo acumulado, os seis por cento – três por cento em cada ano, dois vírgula oito por cento, o que, se pensada uma taxa efectiva, dará seis por cento nos dois anos. Assim, concluiu o que disse ser um aumento do custo da água, do fornecimento do produto “água” de catorze por cento. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Deputado Acácio Maças (PS) abordou os chamados custos fixos, e constatou que um aluguer de um contador em dois mil e seis custava um euro e oitenta e cinco centimos e em Junho de dois mil e oito custa dois euros e cinco centimos; a tarifa de saneamento era de vinte centimos - agora é de trinta e dois centimos; a tarifa de resíduos sólidos era de cinquenta e dois centimos e agora é de sessenta e cinco



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cêntimos. Ou seja, aumentos de dez vírgula oito por cento, tarifa de saneamento sessenta por cento e resíduos sólidos, vinte e cinco por cento. O total da factura, só nos custos fixos, tem um crescimento de dezassete e meio por cento. Assim, perguntou em quê é que o concelho de Anadia é mais barato. Respondeu, de imediato, alegando que o concelho de Anadia é mais barato, comparando com os concelhos limítrofes, apenas relativamente ao concelho da Mealhada. De resto, Oliveira do Bairro é o mesmo que Anadia; Águeda cobra menos que Anadia; Cantanhede cobra menos que Anadia. Portanto, disse que se quiserem estabelecer termos de comparação com Lisboa, com o Porto, ou com os grandes centros urbanos do País, eventualmente, poderá Anadia ser mais barato, mas disse que a comparação deveria ser feita com concelhos e localidades com quem essa comparação possa ser estabelecida e não com as mega cidades. Embora reconhecendo ser necessário manter a sustentabilidade dos Serviços Municipalizados, adiantou que, provavelmente, haverá outras soluções para o problema. De resto, disse não entenderem algo: um consumidor de água paga um produto, paga o produto água, os Serviços Municipalizados vendem um produto, sendo que o produto que os Serviços Municipalizados vendem é água; não podem vender a água sem colocar um contador; como têm que colocar um contador, para fazer a medição, perguntou de quem era o interesse. Continuou, alegando que como o interesse é dos Serviços Municipalizados, logo, não têm que cobrar pelo contador - se põem um produto à disposição do consumidor, de um cidadão, cobram o produto e ainda vão cobrar o serviço? Constatou, ainda, que o serviço já tinha sido pago na altura em que foi estabelecida a ligação, em que foi requisitada aos Serviços Municipalizados - paga uma taxa de ligação, paga a ligação e, depois, ainda paga o contador. Então, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que, se existem duas mil e duzentas ligações em que o consumo é zero, aí justifica-se perfeitamente uma taxa de disponibilidade, ou seja, os Serviços Municipalizados põem lá um contador, fizeram a ligação, fizeram os ramais e não está a rentabilizar o investimento que fez. E, assim, quem não consome a água, ou se lhe retira o contador ou paga uma taxa de disponibilidade. Mas, a quem já consome o produto e está a pagar o produto, ainda ter de pagar uma taxa de disponibilidade? Mas o que é isso de taxa de disponibilidade, perguntou. É disponibilizar o produto? Eu já pago o produto, disse. Concluiu, referindo que o principal negócio dos Serviços Municipalizados é a venda de água e é isso que os munícipes pagam e que pagaram em dois anos - pagaram o aumento de catorze por cento. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), para tecer duas ou três considerações sobre a Feira da Vinha e do Vinho. Começou por evidenciar o sucesso que tinha sido e que, em sua opinião, se devia, também, ao facto da entrada ter sido gratuita, dado que de dois mil e sete para dois mil e oito a situação financeira de muitas famílias se degradou bastante, ainda que a Feira tenha continuado com uma afluência muito grande. No capítulo Feira, destacou a realização do Torneio Inter-Freguesias, para, em primeiro lugar, felicitar a equipa vencedora e, depois, para salientar alguns factos: os jogos à semana, em sua opinião, nunca deveriam acontecer antes das vinte



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

horas, isso porque, como explicou, a equipa da freguesia de Avelãs de Cima tinha tido bastantes dificuldades porque tinha jogadores que trabalham em Estarreja, Aveiro, o que prejudicou bastante a situação; a utilização dos balneários – aconteceu em dois dias, que havia apenas um balneário para quatro equipas, o que fez com que uma equipa tenha estado trinta minutos à espera para o utilizar, quando pensava que tal não era necessário. Entretanto, esclareceu que não estava a fazer uma crítica, estava, apenas, a constatar factos para, se possível, se melhorar as situações. Continuando, passou a falar dos troféus/taças, tendo referido que na sua terra, um torneio de cartas exhibe muito melhores taças do que as que foram entregues no Torneio. Tratando-se do Município, considerava que a Câmara Municipal deveria exhibir melhores troféus, ainda que as pessoas não participem pelos troféus; Ainda no capítulo troféus/dinheiro, voltou a referiu que, em sua opinião, se os jogos se realizassem à tarde ou à noite, o evento, que já envolve muita gente, poderia trazer ainda mais porque as pessoas aproveitariam para ir à Feira. Entretanto, referiu que a participação no torneio implica bastante despesa para as freguesias, ainda que os jogadores não recebam por jogar, mas, pelo menos, no final, tem de lhes ser oferecida uma refeição. No final, contabilizando todas as refeições, disse tratar-se de um grande esforço financeiro para uma Junta de Freguesia que não tem grande disponibilidade financeira. Assim, sugeriu que a Câmara Municipal poderia disponibilizar às Juntas de Freguesia, na próxima edição, se acontecer, uma subsídio para compensar essas despesas, o qual, se as outras Juntas de Freguesia não quiserem, pelo menos a Junta de Freguesia de Avelãs de Cima agradecerá. -----

----- Decorridas as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados. Começando por responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), referiu tratar-se de problemas do Partido a que pertence, do qual é militante, e que têm de ser resolvidos dentro desse partido, aconselhando ao Senhor Deputado e ao PS a não se preocupar com essas questões. No entanto, referiu que, residindo a preocupação do Senhor Deputado na legalidade, no forçar dos cidadãos, munícipes do concelho de Anadia e trabalhadores da Autarquia, não seria ao Presidente da Câmara a quem deveria formular essa pergunta, deveria ser aos trabalhadores e quem entender que foi ofendido deve apresentar queixa. Prosseguiu referindo que o Senhor Deputado deveria dirigir-se a todos esses trabalhadores para os questionar sobre essa matéria e, se necessário, lembrou existir ainda o recurso aos tribunais. Mas, declarou que o Presidente da Câmara nada tem a ver com o problema e que, com certeza, o Senhor Deputado não viu o Presidente da Câmara a solicitar a qualquer elemento que trabalhe na Câmara qualquer tipo de inscrição no seu partido ou em qualquer outro. Até porque, referiu não existirem na Câmara Municipal lacaios nem Mugabes, como dizia o Senhor Deputado João Morais (CDU), porquanto as pessoas são livres e as eleições têm todos os partidos a concorrer. Entretanto, disse que o Senhor Deputado tinha todo o direito de procurar militantes, até junto dos funcionários da Câmara Municipal, no entanto, para conotar o Presidente da Câmara com essas atitudes, deveria primeiro procurar saber onde o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

viu, com quem o viu, como aliciou, mas, como não tem essas provas, porque elas não existem, então, disse que só lhe restava uma solução, ir ter imediatamente com os trabalhadores que se sentiram violentados para eles apresentarem queixa. Mencionou que há muita forma de especular, que há muitas cartas anónimas porque ninguém atravessa o seu nome, porque seria difícil a uma pessoa dizer que o Presidente da Câmara andou a aliciar os trabalhadores da Câmara para se inscreverem neste ou naquele partido. Disse que o Presidente da Câmara não precisa nada disso. Instou o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) a propor que a Assembleia vá averiguar, ou então que recorra às autoridades policiais ou às autoridades judiciais. Disse não encontrará ninguém que diga que tenha sido violentado pelo Presidente da Câmara, e que ficava mal ao PS, que tem tantos problemas, dizer que o Presidente da Câmara é este ou aquele, que toda a gente conhece. Referiu que quem dera a muita gente pertencer à grande família PSD, que se calhar não faz a propaganda que deveria fazer para mostrar que são os melhores, porque pelos menos em Anadia é assim. Continuou dizendo que se o Senhor Deputado pensava que o Presidente da Câmara é um homem que necessita de tomar posições anti-democráticas, ou contraditórias, ou de coação, ou de perseguição, apresente casos e investigue-os. Portanto, esclareceu e disse claramente que o Presidente da Câmara nunca se dirigiu a um funcionário da Câmara Municipal, e muito menos a qualquer cidadão, para se inscrever no seu partido, não deixando, no entanto, de referir que se o fizesse, era legítimo, porque, afinal, pertence a uma força partidária e deve, como militante de qualquer partido, procurar engrandecer o seu partido, naturalmente através do reforço da sua militância. Mas, daí à coação, não, porque essas coisas não são para acusar. Dirigindo-se mesmo ao Senhor Deputado, disse-lhe que em resposta à sua pergunta, se era verdade, a resposta era que é mentira. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU), e falando, ainda, sobre o mesmo assunto, afirmou que os militantes do PSD são militantes de corpo inteiro e não são escolhidos, que é a grande diferença, pois podem ser trabalhadores das Câmaras, das Associações, dos Hospitais, dos Tribunais. Referiu que, para ele, são todos bem-vindos e, portanto, é nessa forma de receber aqueles que querem engrandecer o PSD, aqueles que querem aderir à grande obra que o PSD tem vindo a fazer em Anadia, que é para si um estímulo saber que eles querem aderir, mas não deixa de ser, naturalmente, uma grande complicação que os Senhores Deputados estão a criar no sentido de quererem co-responsabilizar o Presidente da Câmara. Continuando, referiu que, se calhar, se o Presidente da Câmara tivesse empenhamento nessas coisas, não seriam só esses, seriam muitos mais, porque o PSD não anda à porta das escolas, não anda por aí à procura de militância – é o seu trabalho, a sua postura, a sua capacidade de resposta nas localidades do concelho que lhe cria essa militância. Para não perderem mais tempo com esse assunto, disse para deixarem o próprio PSD resolver as suas questões, mas também disse estar certo de que todos os sociais-democratas vão ter a capacidade de as resolver. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ainda em resposta à interpelação do Senhor Deputado João Morais (CDU), e relativamente ao assunto do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia, o Senhor Presidente da Câmara informou que o futuro daquela instalação continua nas mãos da Senhora Ministra da Saúde, estando a Câmara Municipal a aguardar que a Senhora Ministra apresente o documento final, e caso o documento venha em conformidade com aquilo que foi tratado e com aquilo a que o Hospital de Anadia tem direito e as populações, estará receptivo a assinar esse contrato. No entanto, disse ainda não tardar porque a Senhora Ministra concedeu um prazo e esse prazo ainda não se esgotou. Esclareceu, também, para não contarem, com certeza, com o Presidente da Câmara para assinar qualquer protocolo que venha contra os interesses das populações – poderá ficar tudo como está, ou pior ainda, mas não com a colaboração da Câmara Municipal – e adiantou que, assim como saiu à rua para defender a causa do concelho de Anadia, estará disponível para essa ou outra forma de luta que venha a fazer impor os direitos dos Anadienses. Relativamente à questão da central de biomassa, informou que o que estava a ser proposto à Câmara Municipal se tratava de uma instalação que consome, não resíduos tóxicos, mas que irá consumir, se se vier a instalar no concelho, resíduos florestais (mato, ramos, troncos fracos). Informou, também, que segundo o que tinha sido dito à Câmara Municipal, por técnicos, e aliás, esclareceu, o projecto de entrada na Câmara Municipal reúne todas as condições técnicas, portanto, se alguém não aprovar instalação terá de ser a Câmara politicamente, porque, de resto, em termos técnicos, nada a contraria, e passou a explicar: está em zona industrial, não queima resíduos tóxicos perigosos, enfim, tem uma mais-valia que é a produção de energia (não é pura e simplesmente por destruir), nomeadamente eléctrica e calórica e, portanto, trata-se de um equipamento que muitos desejariam ter. Acrescentou, ainda, que, de acordo com o procedimento legal, foi dado conhecimento à empresa de que era intenção do Executivo Municipal indeferir a pretensão, a não ser que fornecessem esclarecimentos adicionais. Entretanto, foi solicitada a reapreciação do projecto que será agendada oportunamente para a Câmara Municipal decidir. Portanto, referiu nada estar decidido, mas chamou a atenção para aquilo que na política se deve fazer, em função, naturalmente, daquilo que também é legal. Disse, também, que como não tinha a capacidade de marcar eleições, não podia ser comparado a um Mugabe, até porque nem tinha aspirações a poder marcar. -----

----- Continuando, dirigiu-se ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), para lhe dizer, claramente, que as contas que tinha feito nada tinham a ver com as suas. Voltou a dizer-lhe, claramente, e desafiou-o a ir aos Serviços Municipalizados e olhar as taxas praticadas para poder realmente dizer em quê é que os Serviços estão a cobrar mais, porque não estão. Disse que o Senhor Deputado fez diversas comparações, mas considerou a análise efectuada uma má análise, atendendo a que o IRAR (Instituto Regulador de Águas e Resíduos) diz claramente que tem de haver sustentabilidade. Explicou que não pode ter um contador que nada conta e que não pode acontecer que haja duas mil e tal pessoas que têm o ramal à porta, ou que nunca pediram a ligação e os Serviços não lha podem impor, ou que, ainda, tendo a ligação há anos, já lá têm o contador e o ramal cheios de ferrugem – e porque não pode acontecer, pediu para o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Deputado avaliar o prejuízo que os Serviços têm, aliás, esclarecido na deliberação. Explicou ainda que a sustentabilidade é impossível pois o próprio Governo está a avançar com um Projecto de Lei no sentido de corrigir tudo isso – não há uma solução milagrosa. Disse, então, para o Senhor Deputado respeitar a verdade, e a verdade é que Anadia, quer seja no IMI, na água, no lixo, é o concelho onde se paga menos, onde é tudo tão barato, que até a Feira da Vinha e do Vinho foi barata, o que demonstra, claramente, não poder ser comparada à prática do partido do Senhor Deputado a nível nacional, dando como exemplo o valor das multas e ao valor das escrituras. -----

----- Por último, em resposta ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), referiu que se no ano seguinte o Governo decidir oficializar uma taxa para resolver a sustentabilidade dos Serviços Municipalizados, o que, provavelmente nessa altura, sobrar algum dinheiro, disse que a Câmara Municipal não distribuirá tanto ao Município e melhorará as taças, não para a freguesia de Avelãs de Cima, mas para todos aqueles que deram o seu contributo para que esse torneio tivesse sido um êxito, num momento de confraternização e amizade que, no fundo, era isso que para ele contava. -----

----- Concluídas as explicações do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) para exercer o direito de resposta. Começou por dizer que o Senhor Presidente da Câmara, na sua habitual forma de rebater, falou, falou e pouco disse de concreto. Falou demagogicamente. Voltou a recorrer aos números que tinha e à acta da reunião de Câmara para referir que quem falou em dois mil e duzentos contadores, que não são baixadas de água, foi o Senhor Presidente da Câmara. Recorrendo novamente à acta, lembrou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara em que disse que existiam dois mil e duzentos contadores que têm meses e meses que é zero de consumo, dizendo ser aí que pensava justificar-se uma tarifa de disponibilidade, porque o serviço está disponível para o consumidor e ele não consome e os Serviços fizeram o investimento e não têm a compensação do investimento que fizeram. Quanto aos outros, não, porque consomem a água e pagam pela água. Referindo-se ao que o Senhor Presidente da Câmara demagogicamente falou, que a água no concelho de Anadia é mais baixa do que em muitos outros concelhos, continuou a dizer que, em comparação com os concelhos limítrofes, a água em Anadia é mais cara que em dois concelhos, igual a um concelho e mais barata do que outro e que não há nenhum concelho limítrofe que tenha o escalão de três metros a não ser o de Anadia - o primeiro é de três e o segundo é de cinco - os outros começam nos cinco metros. Portanto, concluiu que o Senhor Presidente da Câmara é que não tinha os números para poder comparar, apenas lhe tinha sido apresentada a sugestão que aprovou, pelo que, o Senhor Presidente era quem demagogicamente falava daquilo que tinha obrigação de saber e não sabia, estando, assim, a atirar poeira para os olhos das pessoas. -----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) que disse apenas que se tinha referido ao Senhor Presidente da Câmara e à Câmara



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal porque ainda se vai entendendo com eles, acabando por pedir ao Senhor Presidente da Câmara para, caso tenha alguma consideração por ele, não o empurrar para o Governo porque do Governo disse estar farto. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, então, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às intervenções dos Senhores Deputados. Começando por responder ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), referiu ter os números consigo e esclareceu que costuma ler os documentos antes de os apresentar ao Executivo Municipal. Disse, então, que o Senhor Deputado dava uma no cravo e outra na ferradura, quando dizia que aos que lá têm o contador a enferrujar, esses já pagam, pagam o aluguer do contador, por isso é que está bem o aluguer do contador. Perguntou, então, ao Senhor Deputado, como essas pessoas deixam de pagar, com a tal suspensão das taxas de aluguer de contador, como é que lhes cobrava – não cobrava, comentou – eles têm lá o contador, é só abrir a torneira e esses não recebem nada. Referiu, ainda, que o Senhor Deputado iria ter tempo de ver como é que as águas iam ter de ser pagas, com taxa de disponibilidade ou não, no país. Uma coisa, no entanto, disse ser certa, a Câmara de Anadia já cobra taxa de disponibilidade e terá a dignidade de a devolver a quem foi cobrada, caso se venha a revelar ilegal, porque é uma pessoa de bem e não quer o dinheiro dos munícipes a todo o custo, o que quer é defender os seus consumidores, dando-lhes, porque tem de ter capacidade financeira para isso, água de qualidade, dando-lhes serviço conveniente, de forma a que eles tenham o mínimo de razão de queixa possível. Entretanto, informou o Senhor Deputado que estaria disponível para o receber na Câmara e discutirem tudo isso, porque poderia haver sempre qualquer coisa que estivesse fora dos seus conhecimentos, agora, alegar que a Câmara de Anadia tem um custo de água caro e dizer que não desceu, não podia concordar. Para finalizar, referiu ter havido um período em que o preço da água desceu e, posteriormente sofreu aumento, porque, por força da Lei, a Câmara, todos os anos, deve actualizar o tarifário da água e foi o que se fez, aprovado em reunião de Câmara. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade (PSD) que no uso da palavra felicitou a Câmara de Anadia pela conclusão da Estação Elevatória de Avelãs de Caminho e início de funcionamento, num tão curto espaço de tempo, por ser uma obra que a população ansiava, na medida em que, em Avelãs de Caminho, existiam diversos problemas relacionados com saneamento. Acrescentou, no entanto, não ser só um benefício para a população de Avelãs de Caminho como de todo o concelho, porque a maior parte das freguesias irá ficar contemplada com esse ramal. Reconhecendo ter sido uma obra difícil, pelas características de Avelãs de Caminho, referiu que com essa obra o problema do saneamento da sua freguesia, bem como o da poluição do Rio Cértima, terão ficado resolvidos, ainda que haja pontos da sua freguesia que, consequência do projecto inicial, não terão sido contemplados, mas à medida que as pessoas forem solicitando a sua ligação na Câmara Municipal, pensa que a Autarquia irá dar uma resposta, logo que possível, a esses casos e, também, assim que estejam concluídas as obras de São João de Azenha. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) para abordar um assunto já apresentado pelos Vereadores do PS, e que também disse preocupar a sociedade civil - a questão dos cães abandonados. Relembrou, então, uma consequência decorrente dessa situação - uma criança que terá sido ferida por um desses cães - e considerou que, tratando-se de um problema de saúde pública, de segurança e higiene, deveria ser uma das preocupações fundamentais da Câmara Municipal, sendo Anadia uma cidade. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) para intervir. O Senhor Deputado começou por felicitar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ancas e, através dele, o povo de Ancas, porque ao longo dos três anos tem feito manifestações culturais que só em Ancas se conseguem ver, onde se conseguem juntar milhares de pessoas sem quaisquer apoios da Câmara Municipal. Felicitou, também, a proprietária do terreno que foi cedido para a construção do Pavilhão de Ancas, que iria ser inaugurado no dia seguinte, acabando por dar os parabéns a todas essas pessoas. Disse, ainda, que não poderia deixar de falar da questão da angariação de militantes do PSD junto dos funcionários da Câmara Municipal, pelo facto de, confessou, também ele ter recebido uma carta. Nessa medida, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se sabia que tem funcionários na Câmara Municipal com mais de vinte anos de serviço e que nunca foram promovidos. Pediu, também, ao Senhor Presidente da Câmara mais esclarecimentos sobre a parceria com a Sociedade das Águas da Curia de que o Senhor Presidente tinha falado no jornal. Passando a falar da questão das urgências do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia, referiu ter sido das primeiras pessoas que sempre foi bastante claro, nunca concordou com a forma como as urgências estavam a funcionar, acrescentando concordar com as urgências a trabalhar com dignidade e a servir a população do concelho de Anadia. De qualquer forma, disse que, no momento, o que eram urgências do Hospital de Anadia, estão a trabalhar com dois serviços novos sem assinatura do Presidente da Câmara e vão colocar mais três serviços sem estar assinado o protocolo com a senhora Ministra da Saúde, o que lhe parecia, portanto, que com protocolo ou sem protocolo, os serviços estão a funcionar. No entanto, disse estar admirado com o silêncio do Senhor Presidente da Câmara, quando entrevistado por um jornal local. Contudo, referiu que o Partido Comunista é muito claro, a única coisa que foi feita e que o Senhor Presidente da Câmara disse que não admitia era que fossem colocadas palas ou garagens no Hospital, mas elas estão lá, quando o Deputado do CDS-PP o alertou para a colocação dessas palas e o Senhor Presidente da Câmara, em plena Assembleia, disse que isso nunca seria feito. Relativamente à Junta de Turismo da Curia, que designou de "falecida", porque, por força de um Decreto-Lei, deixou de existir, referiu ter ficado espantado quando ela apareceu com um pavilhão na Feira da Vinha e do Vinho. Referiu "se está extinta, morreu". Lembrou, também, que o património da Junta de Turismo da Curia passou para a Região Centro, a qual tem uma Comissão Instaladora e lembrou, ainda, que o Senhor Presidente da Câmara andou a comprar terrenos para o golfe, que eram da Junta de Turismo da Curia e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham sido comprados pelos habitantes da Curia, que passaram, então, para o golfe, e, dizendo o Senhor Presidente da Câmara que a Junta de Turismo é sócia, perguntou, desse modo, se ela iria deixar de ser sócia do campo de Golfe. Sobre a Estação Elevatória, começou por dar os parabéns à Câmara Municipal, mas aproveitou para voltar a perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se estaria para breve a conclusão do saneamento na Curia, que ainda se encontra a céu aberto. Perguntou, também, se demoraria tanto tempo, como está a demorar o Plano Director Municipal (PDM), a resolução do problema daquela garagem que está instalada na via pública. Para terminar, lembrou o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito na Assembleia anterior - que as casas da Moita só tinham uma solução política - para colocar o seguinte problema ao Senhor Presidente: se haveria alguma possibilidade de, relativamente às casas da Moita, assim como da Poutena, em Assembleia, por proposta da Câmara, ou de um Partido qualquer, legalizá-las, ficando, posteriormente, a caber à Câmara Municipal a decisão de com elas fazer o que considerar melhor. -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão inicialmente colocada, esclareceu que o PS estava baseado, não em denúncias anónimas, mas em denúncias vindas de dentro do PSD e identificadas, o que dava uma maior credibilidade. Acrescentou, mesmo, que o PS não insistia na questão de que o Senhor Presidente da Câmara tenha desmentido que tivesse pressionado os funcionários, até porque não estavam lá para ver, mas que apresentou propostas numa reunião interna e que os seus próprios companheiros de Partido disseram que era um método de recrutamento não correcto, disse pensar que isso era factual. Por tal facto, referiu que o GM do PS não poderia aceitar a atitude do Senhor Presidente da Câmara, por considerar eticamente condenável do ponto de vista político, a atitude do Senhor Presidente da Câmara, que tem toda a legitimidade para o ser pela considerável votação com que foi eleito, mas que não é dono dos funcionários nem da Câmara. Adiantou, também, que o PS nunca terá um comportamento semelhante, por considerar que os funcionários são livres como cidadãos de terem as preferências partidárias que quiserem, mas enquanto funcionários, são profissionais e têm de estar ao serviço da força política a quem o eleitorado tiver atribuído responsabilidades de poder, simplesmente, não pode haver qualquer confusão. Portanto, e uma vez que as explicações do Senhor Presidente da Câmara não tinham sido convincentes, informou que o Grupo Municipal do PS iria submeter à Assembleia Municipal uma moção de censura, que passou a ler: "Tendo vindo a público denúncias oriundas de dentro do PSD, de que o Senhor Presidente da Câmara de Anadia apresentou propostas de filiação no PSD de dezenas de funcionários da Câmara Municipal, num contexto de disputa partidária, o Grupo Municipal do PS censura esta actuação do Presidente da Câmara de Anadia, por configurar um abuso da sua condição de superioridade hierárquica sobre os funcionários e uma instrumentalização desses funcionários ao serviço dos seus interesses pessoais no âmbito partidário". -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu, então, ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para entregar a moção à Mesa e aproveitou para informar o Senhor Deputado João Morais de que a proposta que tinha feito oralmente, de inclusão da carta à acta, deveria ser apresentada por escrito., adiantando que, como, subsistem dúvidas por parte da Mesa quanto à sua legalidade, a mesma seria submetida a apreciação do Plenário. -----

----- De imediato, passou a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), aproveitou para se congratular com o facto do Senhor Deputado ter dito que os funcionários são livres cidadãos e que o Partido Socialista nunca os manietará em relação ao que quer que seja. Reforçou, entretanto, o que já uma vez tinha dito em Plenário, que terá de abandonar o lugar de Deputado Municipal pelo facto de ser Director de uma escola pública em Portugal e que, enquanto Director de uma escola pública, o Partido do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) lhe retirava a possibilidade de ser Deputado da Assembleia Municipal, numa clara atitude de falta de cidadania. Disse, também, que a acusação do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) não era completada com a informação de quem seriam os tais anónimos que vão lançando comentários para dentro e fora do Partido sobre a situação, acrescentando, mesmo, ser interessante que se queira julgar o Presidente da Câmara de tantas outras coisas que são feitas em outros Partidos. Aproveitou, também, a oportunidade para dizer ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que se sentiu ofendido com o que tinha declarado numa entrevista concedida a um jornal na semana em curso, ao julgá-lo menor, demente, ou outra qualquer coisa, por fazer apenas aquilo que o Presidente da Câmara quer, com medo de perder o cargo na próxima eleição, adiantando, como atrás referiu, que não fará parte da Assembleia, pelo que não está preocupado com o cargo nem com a situação. Relativamente à questão dos contadores, referiu que entretanto já tinha conseguido perceber, porque, até então, tinha uma enorme dificuldade como cidadão, em perceber a existência de um organismo no País que queira que as pessoas que pagam a electricidade, passem todos os meses a pagar mais um euro por aqueles que não pagam. Entretanto, e depois de ter ouvido o Senhor Deputado, disse ter ficado convencido de qual a razão de tudo isso. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para solicitar esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara relativamente ao PDM. Começou por referir que, uma vez que o PDM se arrasta há quase uma década, e tendo o Senhor Presidente da Câmara sido acusado, em plena Assembleia, pelos membros do Partido afecto ao Governo, que a aprovação do PDM está dependente das posições do Senhor Presidente da Câmara, pediu-lhe para lhe esclarecer qual a situação em que se encontra o PDM, porque disse ser de facto angustiante a preocupação de muitos jovens do concelho que herdaram alguns terrenos e que estão impedidos de realizar o seu sonho e que cada vez mais se afastam do concelho. Referiu, então, que se era verdade que o Governo tanto bloqueia a Câmara Municipal, e que há um ano atrás, o Primeiro-Ministro, no encerramento dos trabalhos da Assembleia da República afirmou publicamente que todos os PDM seriam colocados



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e aprovados até ao final do ano de dois mil e sete - afirmações do Senhor Eng.º José Sócrates aquando da elaboração dos PIN - o que aconteceu até hoje é que continua a bloquear algumas Câmaras da oposição no País. Portanto, e se o PS de Anadia tanto quer bem à população, perguntou porque não critica o Poder Central pelo facto de não desbloquear esse PDM. O Senhor Deputado, antes de terminar, voltou a afirmar que iria juntar a carta que, apesar de ser anónima, representa, com certeza, as "aspirações" de alguns funcionários da Câmara Municipal, a não ser que a carta tenha também sido escrita clandestinamente para destabilizar a Assembleia Municipal por algum membro do Partido afecto ao Governo. -----

----- Para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Começou por destacar a amabilidade do Senhor Deputado César Andrade (PSD) em se ter congratulado com a resolução de grande parte dos problemas de saneamento existentes na sua freguesia, com a construção de uma Estação Elevatória que está e dará resposta a muitas situações da zona do chamado emissário do Cértima. Adiantou, também, que a Câmara Municipal irá dar resposta, de forma controlada e possível, a todas as situações e referiu que aquelas pessoas que têm pequenos espaços que ainda não foram contemplados pela rede, devem apresentar os seus pedidos que a Câmara Municipal fará um alargamento da rede e o respectivo ramal. Ainda na sequência da atitude tomada pelo Senhor Deputado César Andrade (PSD), disse ser uma atitude que esperaria do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que, incessantemente, falou dos maus cheiros da ETAR de Mogofores e que não teve a coragem de reconhecer algo a que a Câmara Municipal deu resposta, limitando-se a falar dos cães vadios na cidade de Anadia. Relativamente a essa questão, o Senhor Presidente da Câmara disse tratar-se de uma situação comum a diversas cidades e a muitas localidades, tendo informado que a Câmara acorre aos pedidos de recolha desses animais, como o que disse que tinha recentemente recebido de Boialvo, mas que logo no dia a seguir mais cães aparecem e o problema não tem fim. No entanto, informou que o esforço da Câmara Municipal está direccionado no sentido de resolver todos esses problemas, os quais seriam menos complicados se cada dono de cães assumisse as suas responsabilidades e se o Governo, através da Direcção-Geral de Pecuária, criasse uma fiscalização adequada de forma a identificar todos esses cães. Acrescentou, ainda, que a Câmara Municipal, através do seu Veterinário, recolhe os cães e remete-os para o canil de Ílhavo ou de Coimbra, pagando depois um valor para procederem ao seu abate, decorrido o prazo legalmente estabelecido para as pessoas reclamarem os cães - é o procedimento legal. -----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que lhe entristecia a sua felicitação à Junta de Freguesia de Ancas - disse que também a felicitava e ao Clube, O Desportivo de Ancas - por passar a ter uma óptima instalação, ao fim de dez ou quinze anos, poder ter um recinto coberto, para o qual os respectivos Governos ofereceram dinheiro e elaboraram protocolos e nunca pagaram nada. Mas lembrou o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que deveria ter reconhecido que o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara tinha sido extremamente benemérito para a Freguesia de Ancas pelos valores dispendidos pela Câmara Municipal naquela instalação (quatrocentos mil euros gastos pela Câmara Municipal e não pela Junta de Freguesia ou pelo Desportivo de Ancas), porque não foi capaz de proferir uma palavra de reconhecimento pelo esforço da Autarquia. No entanto, acrescentou que o Presidente da Câmara estava consciente do melhor que pode fazer e referiu que se não tinha feito melhor, era fruto das enormes limitações que lhe são impostas – a Câmara faz obras e tem promessas de participações que, depois, se vêem a revelar diminutas, porque o Governo diz uma coisa e faz outra, deixando as Câmaras Municipais na penúria. Sobre a questão da filiação no PSD, e no seguimento da moção de censura entretanto apresentada contra o Presidente da Câmara, referiu que essas críticas acontecem e são levantadas, fazendo mesmo transparecer que o Presidente da Câmara não podia ser Presidente da Comissão Política e não podia ter as prerrogativas inerentes a tal cargo, como as de apresentar, no seu próprio Partido, listas de militantes. Esclareceu, então, que tinha apresentado, não como Presidente da Câmara mas da Comissão Política, uma nova lista dos militantes que se quiseram inscrever, acabando por referir serem poucos os que criticam a Câmara Municipal e o continuarão a ser porque, naturalmente, essas contundentes críticas são imprudentes e, acima de tudo, são desnecessárias, inadequadas e falsas. Aproveitou, também, para referir que apoiará, no seu Partido, o candidato que se candidatar nas próximas eleições e nunca porá em causa aquele que se candidatar do PS porque tem o mesmo direito. Esclareceu, então, que se limitou a fazer o que tinha de fazer, dar provimento à apresentação da lista de militantes, e que nunca contactou qualquer indivíduo para assinar. Continuando os esclarecimentos à intervenção do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), lembrou que o Governo não aumenta os seus funcionários nem os promove porque congelou essa possibilidade e esclareceu que a Câmara Municipal também não promove os funcionários porque, por força da Lei, não o pode fazer, pelo facto de estarem congeladas as progressões. Esclareceu, ainda, que a Câmara Municipal não tem qualquer parceria com a Sociedade das Águas e que as parcerias que são feitas com instituições públicas ou privadas são pontuais e são apresentadas ao Executivo Municipal. Relativamente à questão das urgências do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia, e quanto ao que o Senhor Deputado disse, que existiam muitos serviços, referiu que os mesmos estão programados e o Presidente da Câmara Municipal vai sendo constantemente informado do que vai acontecendo. Acrescentou, entretanto, que tem tido boa receptividade por parte da Senhora Ministra da Saúde, o que não tinha acontecido com o seu antecessor, pelo que mantinha a sua esperança e o respeito pelo que tinham assumido e que vão contratando, estando mesmo convencido de que a Senhora Ministra, no dia que entender adequado, vai resolver uma grande parte dos problemas. No entanto, e se tal não acontecer, declarou-se pronto para, ao lado do Secretário-Geral do Partido Comunista e de todos os que pretendem o mesmo, defender os interesses do seu Município e da sua terra, até porque a sua democracia não lhe permitia outra forma de estar, adiantando que ninguém, por estar conotado com outra força partidária, pode dizer que o Presidente da Câmara não colabora ou não se apresenta lado



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a lado, cada um tem os seus direitos, tem as suas ideias e deve-os defender até à sua exaustão e, em especial, quando essas ideias estão directamente ligadas com o sucesso e progresso da sua terra. -----

----- Sobre as casas da Moita e da Poutena, o Senhor Presidente da Câmara Municipal relembrou o facto de estarem instaladas em baldios, os quais têm regulamentação própria, estando a Câmara Municipal limitada em termos de legislação para agir. Informou, entretanto, que tinham sido pedidos os pareceres adequados para resolver o problema, em conjunto com quem pode, porque, como deveriam saber, há baldios, mas não há assembleia de partes constituída. Pelo exposto, disse tratar-se de um processo bastante complexo, que se não for resolvido por quem pode, ministerialmente, politicamente, a situação complica-se, ressalvando que a Câmara Municipal está disponível para colaborar em todo o processo. Quanto às palas, esclareceu não ter dito o que o Senhor Deputado referiu, até porque nem o poderia fazer, na medida em que tudo o que é construído na área do Hospital tem de ter a aprovação da Direcção-Geral de Saúde e nunca da Câmara Municipal de Anadia, comentando que, ainda que esteticamente não seja o mais correcto, a verdade é que não é da competência da Autarquia inviabilizar seja o que for. Falando da questão da Junta de Turismo da Curia, e do facto de estar representada na Feira da Vinha e do Vinho, lembrou o Senhor Deputado não ter sido a Câmara Municipal a extinguir as Juntas de Turismo, o que aconteceu por força de um Decreto-Lei, do Governo, tendo estas, a partir de uma certa altura, passado a fazer parte de uma Região de Turismo, que se encontra em fase de instalação. Acrescentou, ainda, que uma das primeiras indicações dadas foi a de que todos os compromissos assumidos pela Junta de Turismo da Curia seriam pagos "por quem de direito", por quem assume a Junta de Turismo, porque o projecto da Junta foi elaborado até Dezembro. Quanto ao património, esclareceu que todos os terrenos que a Câmara Municipal adquiriu, com o actual Presidente, não os pagará sem ter o acto da escritura, sem passarem definitivamente a património municipal, adiantando que os terrenos a que se referia o Senhor Deputado, até então, ainda estavam em nome dos seus proprietários. Informou, também, que muitos desses terrenos se encontravam hipotecados, logo, a Câmara Municipal optou por não os comprar porque estaria a comprar algo de que não poderia usufruir e que configura um processo extremamente complexo para ser discutido politicamente em plena Assembleia Municipal. Adiantou, entretanto, que os serviços de património da Câmara Municipal estariam disponíveis para prestar quaisquer esclarecimentos e informações que se tornassem necessários, acabando por dizer ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que o que a Câmara fez foi o possível, sendo que não poderia ficar com a Junta de Turismo por força da própria Lei. No entanto, informou que a Câmara iria tentar negociar bem e estabelecer um bom acordo para ficar com o património da Junta de Turismo, mas, se esse património ficar para a Câmara Municipal só por uma questão de fazer a sua manutenção, então a Região Centro terá de a pagar, sob pena de terem de pagar o património à Autarquia. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), esclareceu que como Presidente da Câmara não tomou qualquer atitude nem nunca tomará, de apresentação dos militantes, e esclareceu, também,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não foi procurar saber se eram trabalhadores da Câmara Municipal ou de qualquer outro lado, ainda que o problema subsistisse, na mesma, porque a ética do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) é a que lhe convém. Acrescentou, ainda, que, na sua ética, ser trabalhador da Câmara Municipal é não perder direitos, nem cívicos, nem políticos, e parecia que o Senhor Deputado queria que os trabalhadores, só por serem trabalhadores da Câmara Municipal, perdessem os seus direitos políticos. Passando a comentar a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos (PSD), disse ter pouco a dizer para além de que só num Governo Socialista é possível haver partilha das dívidas por quem religiosamente honra os seus compromissos - quando a EDP pretende que os que cumprem paguem pelos que não cumprem - e depois, localmente, censurar-se o facto de uma Câmara cobrar uma tarifa de disponibilidade. Respondendo ao Senhor Deputado João Morais (CDU), disse-lhe que o processo de revisão do PDM, que tinha sido adjudicado a uma empresa particular, cujos trabalhos eram pagos de acordo com o estabelecido no respectivo contrato, na sequência da solicitação de pagamentos adicionais, e por força da própria Lei, a Câmara Municipal nada mais lhe podia pagar. Consequentemente, disse que o Presidente da Câmara tinha corrido o risco de assumir a sua conclusão nos serviços técnicos da Câmara Municipal, acordando tal medida com essa empresa, sendo que, precisamente a partir do dia de realização da Assembleia em curso, todo o processo passou a ser da inteira responsabilidade do Presidente da Câmara e dos técnicos da Autarquia. Informou, ainda, que no dia imediatamente anterior tinha seguido a convocatória para a Comissão Técnica de Acompanhamento, no estrito cumprimento de todos os preceitos legais e necessários procedimentos, acrescentando que os Técnicos da Autarquia tinham tido o cuidado de fazer o acompanhamento permanente da situação, tendo também reconhecido o acompanhamento efectuado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro (CCDR), de Coimbra, e sua delegação de Aveiro, em todas as dificuldades que emergiam. Referiu, também, que o processo tem seguido o seu curso natural e continuará, acabando por concordar com o Senhor Deputado João Morais (CDU) quando disse que se alguém estaria a falhar seria o Governo porque, através do *Simplex*, anunciou, claramente, que os PDM passavam para a tutela das Câmaras Municipais e que se responsabilizaria por tudo o que seria feito, ainda que, e curiosamente, as Leis digam o contrário. Explicou, então, que para que o processo de revisão do PDM de Anadia, iniciado há tantos anos, pudesse ser aprovado, e à semelhança do que actualmente as disposições legais exigem aos PDM que são entretanto iniciados, é exigido um Relatório de Avaliação Estratégica Ambiental, pelo facto do legislador não ter tido o cuidado de salvaguardar que os PDM iniciados a uma determinada data estariam dispensados dessa exigência, o que acontece com tantas outras disposições legais. -----
----- Concluídos os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que os trabalhos iriam ser prorrogados por mais quinze minutos, tendo passado, de imediato, a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) para intervir. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) começou por pedir ao Senhor Presidente da Câmara, aproveitando a intervenção do Senhor Deputado César Andrade (PSD) que disse que passaria a ser mais fácil a ligação do saneamento em outras freguesias, para não se esquecer da freguesia de Avelãs de Cima. Perguntou, também, ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), se o Senhor Deputado, quando disse que o PS nunca o faria, relativamente à questão das inscrições dos militantes, se era por uma questão de ética ou se pelo facto de estar convencido de que nunca chegaria à Câmara Municipal. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) que reconheceu alguma preocupação por parte de todos os partidos com representação na Assembleia Municipal, com uma questão interna do PSD, motivada por cartas anónimas, e revelou também partilhar dessa preocupação, na medida em que também ele tinha recebido uma carta anónima, carta essa que declarava existirem alguns elementos do PS que tinham entrado. Nessa medida, solicitou ao Senhor Presidente da Concelhia alguma cautela, porquanto existem agentes infiltrados no PSD que remetem essas cartas aos outros Partidos e, depois, têm de se sujeitar a dar essas explicações. Pediu, então, ao Senhor Presidente para filtrar bem as pessoas que se inscrevem no PSD, e que, sendo elas membros da Câmara Municipal ou de qualquer outro lado, pelo menos, que não sejam do PS. Prosseguiu referindo que se o PS pensava ter em Anadia a maioria que tem no Governo, estava equivocado, devendo o PS em Anadia resumir à sua insignificância. Aproveitou para fazer um apelo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, alertando para o facto dos elementos do GM do PS nem os simples minutos que têm para gerir conseguem gerir, questionando como pretendiam gerir o concelho de Anadia. Aproveitou, também, para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se já estava definido onde vai passar a Variante à IC2 e o que se passava no momento com a Ponte de Canha. Entretanto, dirigiu-se ao GM do PS para lhe recomendar alguma calma, porque, se invoca para umas coisas o Regime Democrático, teriam de saber que podem passar por cima do Senhor Presidente da Assembleia, por cima de todos os Deputados e por cima de todos os Vereadores e de todas as pessoas presentes, entregando documentos a belo prazer e fazendo "galhofa" na Assembleia. Disse que o GM do PSD não está disponível para isso, devendo-se respeitar os que os elegeram e os direitos dos colegas que lá estavam desde o início da sessão e duas horas depois ainda se estava no PAOD. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que, sobre as cartas anónimas, referiu que a única coisa que o GM do PS poderia dizer era que o anónimo tem um nome, que vem nos jornais, e que é Pedro Esteves. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Armando Pereira (PS), disse que o GM do PS não faria isso, por considerar eticamente condenável andar a "arrebANHAR" funcionários para entrar no seu Partido, seja qual for a situação de oposição, ou de Governo que tenha no Município. Sobre o PDM, disse lamentarem o impasse, que já dura há uma dúzia de anos, em que a Câmara Municipal comprometeu o desenvolvimento do concelho por não conseguir fazer passar a revisão do seu PDM – lamentam os grandes prejuízos que daí têm



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vindo para o desenvolvimento do concelho. Mas, disse que também tinham sérias dúvidas que a proposta apresentada pelo PSD e que anda a negociar, corresponda realmente aos interesses verdadeiros do concelho de Anadia. E a respeito da sugestão que alguns fazem de que o GM do PS deveria pressionar o Governo para fazer aprovar essa proposta do PSD de revisão do PDM, como pelos elementos que se conhecem, essa proposta infringe os interesses ambientais em certas zonas do concelho, disse ser evidente que ninguém pode contar com o PS de Anadia para estar a pressionar e a lutar para que se infrinja a Lei e para que se infrinjam e se prejudiquem os interesses ambientais do concelho de Anadia. No entanto, declarou estarem dispostos, até porque já o fizeram, a lutar por causas verdadeiras e importantes, a propósito das urgências do Hospital de Anadia, a propósito das valências do Tribunal de Anadia – isso sim – agora, não sobre uma proposta de revisão do PDM que lhes levanta todas as dúvidas. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez que a Ponte de Canha, tanto no sentido Norte como no sentido Sul, se encontra esburacada, e que tanto agradecia, que pudesse tapar o mais rápido possível esses buracos para evitar possíveis acidentes graves e, também, porque acha que ninguém desejaria que a ponte ficasse conotada com uma polémica originada num acidente grave que, porventura, possa vir a acontecer. Sobre as cartas anónimas, disse que todo o cidadão tem o direito de duvidar e que reservou a discussão para a Assembleia Municipal, porque, ainda que já tivesse recebido a carta no dia quinze de Maio, dela não deu conhecimento à imprensa por entender que o assunto deveria ser discutido em sede da Assembleia Municipal. Disse, também, uma vez mais, que o Senhor Presidente da Câmara tem a liberdade de pedir a filiação no seu Partido de qualquer funcionário, não tem é a liberdade de, porventura, se amanhã o funcionário for perseguido – que o Senhor Presidente disse não ter sido – aí sim, o Partido Comunista Português e a Comissão Concelhia do Partido Comunista de Anadia têm apoio jurídico para defender o funcionário naquilo que é mais elementar na Constituição da República, que é o direito à liberdade de dizer não à filiação naquilo que não gosta. -----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD). O Senhor Deputado começou por dizer que o assunto que tem vindo ao de cima e que, supunha, que se está a passar, ainda, uma especulação, porque nos órgãos internos do PSD com certeza que tudo será discutido, conquanto, fique-se com a ideia clara, que se há pessoa que pugna pela liberdade, têm-me ouvido permanentemente falar sobre isso nos últimos anos e sempre defendi isso. E, portanto, há aqui uma espécie de acusação de minoridade dentro das pessoas que aqui estão a representar o PSD, ou minoridade até na questão política, o que não é verdade. Em momento algum fomos nós que fomos proponentes de muitas coisas, apresentamos caminhos e temos soluções e apresentamos, também, a disponibilidade interna para ter soluções. A frontalidade chega, muitas vezes, a ter várias tendências, com representação, curiosamente, aqui nesta Assembleia. Portanto, é quase um insulto aquilo que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos estão sistematicamente a fazer. Conquanto se espere, também, que tenha a ebriedade de, em liberdade, poder sempre, uma e outra vez, em todos os órgãos nacionais, defender essa mesma liberdade. Disse não lhe parece que seja isso que esteja a ser colocado. Gostou de ouvir o Deputado Cardoso Leal (PS) quando quis falar exactamente de política, porque temos aqui em confronto, sobretudo, duas visões de desenvolvimento do concelho e era aí que devíamos estar centrados. Agora, sobre liberdade, ainda estão longe de nos dar uma lição, porque quando quis falar nisso alguém achou muito insultuoso, portanto, vamos com ponderação, moderação e educação que é muito importante. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) para solicitar um esclarecimento ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que referiu tratar-se, por um lado, de cartas anónimas e, por outro lado, de cartas do Senhor Pedro Esteves. Isso porque, ou são anónimas ou são de alguém, e se são efectivamente dessa pessoa, não são anónimas e, então, a questão muda de figura e o que têm a fazer, se calhar, não é estar a questionar o Senhor Presidente da Câmara, mas é, junto das entidades competentes, nomeadamente do Ministério Público ou, se tiverem dificuldades, da GNR, e resolverem o problema. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que esclareceu que a posição do GM do PS sobre o caso em apreço e a razão de ser da moção de censura entretanto proposta, não se devia às cartas anónimas propriamente ditas, mas a denúncias identificadas por um Senhor Pedro Esteves, que pensa ser dirigente da JSD. Portanto, esclareceu ser baseado nisso e na notícia que depois disso envolveu entretanto que o GM do PS fez a sua intervenção. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que começou por esclarecer que quando falou em parceria tinha citado o que o Senhor Presidente da Câmara tinha veiculado na comunicação social, dizendo que fazia sempre parcerias com a Sociedade das Águas. Entretanto, disse ao Senhor Presidente da Câmara que não lhe tinha respondido à questão levantada sobre a garagem implantada na via pública e aproveitou para lhe perguntar qual o valor do anúncio da Caixa de Crédito Agrícola que está implantado na rotunda localizada ao cimo da Avenida 25 de Abril, a seguir à Escola Secundária de Anadia. -----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que disse que pretendia manifestar em plena Assembleia Municipal, e em nome da comunidade escolar da Escola Secundária de Anadia, um profundo agradecimento pelo envolvimento, quer da Câmara Municipal, na presença do Senhor Presidente da Câmara, quer do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aquando da manifestação pública dos alunos contra as condições degradantes em que se encontra o edifício da Escola Secundária de Anadia. Contudo, disse que gostaria também de deixar uma nota de profunda tristeza porque, antes dessas manifestações, antes de algumas situações,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente as que passaram na SIC Notícias, antes dos vídeos que circularam no YouTube, a Escola Secundária de Anadia era considerada como prioritária e, nessa prioridade, era a primeira da área de intervenção da DREC e, ainda na semana anterior, tinham sido colhidos com a notícia de que tinham sido escolhidas vinte e quatro Escolas para intervenção, das quais foram escolhidas catorze, e a de Anadia, que era a primeira prioridade, não fazia parte dessa escolha. Comentou, então, não fazer a mais pequena ideia do conceito de democracia, perante tal tomada de posição, adiantando que, provavelmente, se Anadia não se tivesse manifestado, a situação estaria muito melhor solucionada e, para terminar, uma vez mais agradeceu o envolvimento na manifestação pública dos alunos, porque foi dos alunos, uma vez que também está vedada ao Presidente do Conselho Executivo a possibilidade de se manifestar ao lado dos alunos. -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções dos Senhores Deputados. Começando por responder ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), informou-o de que a Câmara de Anadia não se esquecia da freguesia de Avelãs de Cima, até porque, como sabia, tinha sido recentemente concluído o saneamento na Candieira, ficando, apenas, a faltar a recolocação do alcatrão e o arranjo conveniente da área intervencionada. No entanto, informou que a Avelãs de Cima, ainda que mais de metade da população já tenha condições para poder requerer a ligação do saneamento, falta a construção de um emissário, que a Câmara está a estudar a melhor forma de o fazer, agora também para esta elevatória que fizemos, e que até então não era necessário, também chega a Avelãs de Cima o destino final dos efluentes, já que redes já lá estão em número suficiente. Passando a responder ao Senhor Deputado António Silva (PSD), informou-o de que a empreitada da Ponte de Canha e da respectiva rotunda tinha sido finalmente adjudicada ao empreiteiro, no passado dia doze de Junho, adiantando que pressupunha que as obras tivessem início em Setembro. Relativamente à questão da Variante, referiu não ter sido adjudicada uma estrada, ou uma via, uma auto-estrada, mas ter sido feita uma concessão e acrescentou ser ao concessionário que compete a concepção, a execução e a exploração - no caso de auto-estrada disse pensar que à partida vai ser "portajada". Mas, de uma forma ou de outra, informou que esse itinerário alternativo ao IC2 foi entregue e está na fase do estudo para posterior execução. Respondendo ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), esclareceu que a Câmara Municipal de Anadia nunca seleccionou qualquer funcionário em função da sua cor partidária, o que, comentou, já não se passar precisamente com o Governo, atentando às situações apressadas de substituição de pessoas que se fazem, pelo menos, em lugares de nomeação, e que não fazem passar uma imagem de tanta transparência, ainda que tenha acabado por reconhecer tratar-se de situações próprias da política e que, provavelmente, não se verificam apenas no Governo do PS. Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado sobre o PDM, lembrou que efectivamente se trata de um processo que levou muitos anos e só o facto de terem deliberado no sentido de permitir à Câmara Municipal de Anadia avançar com o processo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi um grande problema, mas, até aí, o Presidente da Câmara, que tem documentação a comprovar isso, solicitou a participação de todas as pessoas do concelho que necessitavam de espaço para construir a sua habitação e todos essas foram contemplados. Continuando, informou que logo nessa primeira carta que foi dada à CCDRC para definir, levou o corte, quem não respeitou foram os órgãos do Estado, de uns e de outros Partidos – referiu não compreender o facto de os Senhores Deputados do PS não apoiarem o PDM só porque têm dúvidas, acrescentado que tendo em conta o rigor que as instituições têm o Presidente da Câmara não tem espaço para fazer aquilo que o Senhor Deputado iria achar mal. Afirmou que a Câmara Municipal de Anadia cumpre a Lei e que as alternativas e os contributos do PS para o PDM foram “zero”. Acrescentou, ainda, que a proposta está inclusivamente disponível na Internet e que nunca chegou do PS qualquer pedido de inclusão, portanto, perguntou ao Senhor Deputado que participação pretendia ter? Falou que se cortaram uns sobreiros, que a Quercus denunciou e que isso o Senhor Deputado já vê. No entanto, disse ser importante saber uma coisa, para que não restem dúvidas, que o PDM de Anadia não responde minimamente aos interesses só de alguns, a proposta de revisão do PDM vai responder aos interesses de toda a gente, com as limitações que, naturalmente, tem de ter um documento dessa natureza, o qual disse que seria apresentado à Assembleia para discussão e aprovação. -----

----- Ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou existir uma deliberação do Executivo Municipal a autorizar a Caixa de Crédito Agrícola a instalar naquela rotunda o painel publicitário, que disse enquadrar-se perfeitamente na colaboração que as Autarquias devem dar ao tecido económico existente no concelho. Portanto, referiu que a deliberação acautela tudo isso, que as pessoas da Caixa de Crédito Agrícola actuaram dentro da legalidade e que a Câmara Municipal, reiterou, não fez mais do que a sua obrigação, porque sempre que tem solicitado à Caixa de Crédito Agrícola colaboração, ou a outras instituições, elas sempre têm respondido, dando o exemplo da Feira da Vinha e do Vinho. Portanto, explicou tratar-se, simplesmente, de uma colaboração institucional que visa, exclusivamente, dar a conhecer que Anadia tem instituições que estão ao serviço das populações e, em especial, uma Caixa de Crédito Agrícola que tão bons serviços tem, e que foi criada quase a partir da base agrícola do concelho e que criou as condições que actualmente tem, sem qualquer ideia de beneficiar a Caixa de Crédito Agrícola. Em resposta ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), disse-lhe nada ter a agradecer, porquanto todas as entidades do concelho pugnam por uma nova escola e todas as pessoas interessadas reconhecem que os que podem fazer alguma coisa têm obrigação de o fazer. Disse, então, que tinha apoiado os alunos nesse sentido e que realmente tinha estranhado lá não ter visto o Presidente do Conselho Executivo, mas acabou por entender, mencionando que afinal a democracia é só para alguns. --

----- Decorridos os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informar que iria colocar a votação a proposta do Senhor Deputado João Morais (CDU), consubstanciada num requerimento a solicitar a anexação à acta de uma carta anónima, uma carta não assinada, que disse que obviamente a não iria ler



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nem fazer distribuir, por ser claramente ofensiva, em um ou outro aspecto. Em qualquer dos casos, disse que teria de ser votada a intenção do Senhor Deputado. Antes de passar a essa votação, concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) para fazer uma interpelação à Mesa. O Senhor Deputado interpelou a Mesa no sentido de, e apesar da carta ser anónima, considerar que a Mesa só teria uma de duas alternativas: ou tomava a decisão ou, se quisesse que fosse o Plenário a decidir, teria de a distribuir para poder esclarecer as pessoas que votam, até porque, e falando pessoalmente, não iria votar numa anexação de algo que não podia atestar da sua utilidade. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou o Senhor Deputado do direito que assistia aos Senhores Deputados Municipais de apresentarem propostas, nomeadamente requerimentos, e esclareceu ser clara uma situação, o facto de existir uma pretensão de juntar uma carta à acta, mas uma carta que é anónima, pelo que a questão resume-se ao seguinte: a partir do momento que era anexa uma carta, esta passava a ser pública. Entretanto, por dúvidas da Mesa quanto à legalidade, mas, também, por considerar que a Assembleia Municipal não devia ser o veículo de publicidade dessa carta, reconheceu que a Mesa também não se encontrava numa situação confortável, pois não pretendia ser o promotor da distribuição dessa carta. Informou no entanto da disponibilidade para fazer uma reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais (CRGM), na qual daria a conhecer o teor da carta, sem tirar fotocópias, e, em função disso, os GM, e os seus representantes, poderiam ajuizar se têm ou não condições para votar. No entanto, informou haver sempre um direito que é, se os GM entenderem que não têm condições para votar este requerimento, que está previsto no RAMA e que o Presidente da Assembleia não podia recusar, podem sempre não votar, mas, mesmo assim, teria de propor a votação porque havia um requerimento por escrito e que estava de acordo com o RAMA. -----

----- Também para uma interpelação à Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que disse pensar que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal estava a ver bem o problema, porquanto não era o teor da carta que estava em causa. O facto de ser anónima, para o GM do PS, tinha um significado, e, portanto, disse que o GM do PS considerava que, no momento, não era de distribuir a carta, era de por à votação se aceitam ou não que se anexasse e era esse o princípio que estava em causa., pois era uma carta anónima. -----

----- Novamente para uma interpelação à Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) que disse que, primeiro, gostaria que fosse lido pela Mesa o requerimento apresentado pelo Senhor Deputado João Morais (CDU).

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou tratar-se de um requerimento, cujo teor já tinha sido adiantado pelo Senhor Deputado João Morais (CDU) verbalmente, apresentado nos termos do artigo 20.º do RAMA, que consagra os direitos dos Senhores Deputados Municipais, tendo passado a ler o requerimento: *"Junto carta anónima referente a filiação dos funcionários da Câmara de Anadia no Partido Social Democrata que seja*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anexa à acta”, acabando por dizer pensar estar explícito o sentido do requerimento do Senhor Deputado João Morais (CDU), simplesmente para que a carta anónima fosse junta à acta. -----

----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado António Silva (PSD) perguntou se a Mesa tinha ou não aceite o requerimento, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe respondeu, de imediato, que, de acordo com o RAMA, a Mesa tinha de aceitar o requerimento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º. Então, o Senhor Deputado António Silva (PSD) levantou uma outra questão, numa base meramente hipotética: imaginando ter sido ele um dos elementos a filiar-se no Partido, e constando da carta expressões eventualmente insultuosas, e eventualmente insultuosas à sua pessoa, e mesmo sem saber o teor da carta ia votar a anexação - imaginem o contra-senso da situação. Portanto, referiu que, sendo anónima ou não, se lhe é solicitada a votação, considera que deve estar esclarecido e, para tal, tinha de conhecer o seu teor para poder votar em consciência, ainda que, em alternativa, poderia votar contra. No entanto, perguntou, também, como iria votar contra algo que era elogioso contra a sua pessoa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, entretanto, que compreendia a posição do Senhor Deputado, mas esclareceu que o que o requerimento pretendia era uma intenção que pensava que também deveria ser tida em linha de conta. Por esse motivo, disse que a questão era muito simples, independentemente do conhecimento da carta, que considera ser importante para o conhecimento de alguns Senhores Deputados existia uma intenção de um Senhor Deputado que era anexar a carta anónima à acta, que era, de facto, o que iria colocar a votação. Da mesma, explicou que poderia resultar, se aprovada a intenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), a publicitação da carta anónima e o seu conhecimento público, se não for votada, simplesmente é recusada. Para terminar a discussão, esclareceu que como a Mesa tem dúvidas quanto à legalidade da carta, recorre ao Plenário que é soberano e era isso que estava a pedir aos Senhores Deputados. No entanto, disse que se entenderem importante os Grupos Municipais, por via dos seus representantes, viram a tomar conhecimento da carta para decidir em conformidade, informou que tal poderia acontecer por poucos minutos. Mas, pediu aos Senhores Deputados para acreditarem no bom senso do Presidente da Assembleia Municipal, que diz que a carta, em alguns aspectos, é insultuosa e que não deve ser tornada pública pelo órgão Assembleia Municipal, mas que, por outro lado, o acompanhem na situação, que não sendo fácil em termos de legalidade, que também com ele decidam, porque é fácil dizer que a Mesa decide, mas a Mesa pode recorrer ao Plenário, que é sempre soberano. Ressalvou, no entanto, que não podia deixar de admitir, nos termos do RAMA e da Lei, uma pretensão de um Senhor Deputado, por muito insultuoso, até, que fosse esse requerimento. -----

----- Entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) para interpelar a Mesa, referindo que, no entender do GM do PS, o que estava em causa não era o conteúdo da carta, mas o facto de ser uma carta anónima, à qual o Plenário não podia nem devia dar credibilidade. Acrescentou, ainda, que na opinião do PS, independentemente do conteúdo ser pejorativo, insultuoso ou elogioso, não tem credibilidade, pelo que o Plenário não devia apreciar algo que não tem credibilidade. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Novamente para interpelar a Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal devolveu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) que perguntou, no caso do Plenário rejeitar a proposta do Senhor Deputado, qual o destino que iria ser dado ao requerimento e à carta em discussão. Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou ser simplesmente arquivado e, se assim for entendido, com o timbre de confidencial e não sujeito, obviamente, à apreciação pública. -----

----- Também para uma interpelação à Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que esclareceu que a entrega que fez do documento em discussão pretende simplesmente transmitir à Assembleia Municipal o que lhe tinha chegado por via postal, para tentar saber se existe veracidade ou não no seu conteúdo. A apresentação do requerimento à Mesa, para anexar a carta à acta, era para ficar em reserva do órgão, caso esse funcionário que escreveu a carta venha, de futuro, a ter qualquer retaliação - se é verdade que foi um funcionário a escrever essa carta porque todos nós temos o direito de duvidar - mas se amanhã, porque com certeza que a carta foi ter a outros órgãos, com certeza que a poderiam publicar, ainda que eu não o tenha feito - guardei-a para discutir este assunto e quero que ela fique aqui anexada, nos documentos da Assembleia, caso, no futuro, venha a ser necessária. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse compreender a ideia do Senhor Deputado João Morais (CDU), mas, tratando-se de uma carta anónima, lhe parecia manifestamente errado e pouco correcto que fosse a Assembleia Municipal a divulgá-la, adiantando ao Senhor Deputado que ele teria sempre a possibilidade de a fotocopiar e entregar à comunicação social que ela seria tornada pública, não podendo, no entanto, atirar para a Mesa e para a Assembleia Municipal a responsabilidade de servir como um veículo de comunicação, quase oficial, de uma carta anónima. Informou, entretanto, existir algo mais possível de fazer: se o Plenário entender que, para tornar o assunto ainda mais confidencial, em vez da carta ficar arquivada com o registo de confidencial, o requerimento ficaria na Mesa mas a carta seria devolvida ao proponente, assim seria. De imediato, informou Plenário de que os trabalhos iriam ser suspensos por três minutos. -----

----- Reiniciada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dar conhecimento ao Plenário do entendimento colhido na CRGM, entendimento esse que passava por considerarem que a carta era verdadeiramente, em alguns aspectos, de facto, injuriosa, pelo que, numa opinião generalizada, não deveria ser tornada pública pela Assembleia Municipal. Quanto à forma de garantir a sua confidencialidade, tratando-se de uma carta anónima anexa a um requerimento, a concordância dos vários representantes dos GM foi a de que o requerimento ficaria exterior, visível, e a carta seria colocada dentro de um envelope, devidamente lacrado e conterà a assinatura do Presidente da Assembleia Municipal. Informou, ainda, que o envelope teria a menção de confidencial e a mesmo só poderá sair da sua mão para efeitos legais, ou seja, se eventualmente o Ministério Público lhe solicitasse que a fizesse



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chegar. Disse, então, ser nessas condições que o requerimento iria ser votado, que pensava, salvaguardar todos os aspectos legais. -----

----- De imediato, passou à votação do requerimento do Senhor Deputado João Morais (CDU) que solicitava que a carta fosse anexa à acta. Decorrida a votação, anunciou que o requerimento tinha sido rejeitado, com vinte e nove votos contra, zero abstenções e um voto a favor. -----

----- Seguidamente, passou à proposta de moção de censura apresentada pelo GM do PS, informando que a mesma tinha sido admitida pela Mesa, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 3.º, e também da alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do RAMA, os quais passou a ler. Procedeu, também, à leitura da moção de censura apresentada pelo Grupo Municipal do PS e subscrita pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS). -----

----- Lida a moção de censura, procedeu-se à sua votação, daí resultando a sua rejeição, com oito votos a favor, uma abstenção e vinte e quatro votos contra, após o que deu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD) para fazer uma declaração de voto, que passa a ser transcrita na íntegra: *“Senhor Presidente da Assembleia: este acto de moção de censura parece-me que deveria ter tido, por trás dele, substantivo, a questão política e não um julgamento precipitado ou intencional sem fundamento de coisa alguma. Porque, ainda há momentos, tivemos uma carta nas mãos, carta essa que deveria estar, penso eu, depois de tanta importância que lhe foi dada, que deveria estar noutra lado. Parece que outros receberam cartas idênticas. E, uma moção política, uma moção de censura, nestas circunstâncias, é uma alternativa política, séria, credível. Não foi isso que foi demonstrado. Ficou numa moção de censura que pariu um rato. Olhe. Foi uma coisa, de facto, lamentável e que me custa, porque eu esperava uma moção de censura é, de facto, um momento muito nobre e muito elevado. É um instrumento muito, muito importante no interior de um Regimento. E fiquei, agora, um bocado petrificado com os argumentos utilizados. Não me pareceram nobres para o instrumento que se tem na mão. A população fica, certamente, mais uma vez, com a convicção clara de que a alternativa ao PSD não existe. Nós podemos sempre, uma e outra vez, procurar sempre o melhor. Temos o direito de discordar. Não temos o direito de fazer um julgamento precipitado e não temos o direito de utilizar, temos o direito de facto, porém, devemos utilizar um instrumento desta nobreza com outra profundidade. Muito Obrigado, Senhor Presidente”*. -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concluiu que, apesar da declaração de voto constituir um direito que assistia a qualquer Senhor Deputado, a mesma lhe tinha parecido mais uma intervenção, na medida em que, em momento algum da intervenção, o Senhor Deputado justificou o seu sentido de voto ou do GM. -----

----- De seguida, e para uma interpelação à Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) para concluir precisamente o que o Senhor Presidente da Assembleia tinha acabado de concluir, que a intervenção do Senhor Deputado José Veloso (PSD) não consubstanciou uma declaração de voto, pelo que, não sendo



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma declaração de voto, e sendo invocada como tal, disse que, em sua opinião, nem sequer deveria fazer parte da acta. -----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse discordar da opinião do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), na parte atinente a não dever constar na acta, na medida em que tinha faltado, unicamente, o aspecto de que o GM do PSD ou o próprio tinha votado contra por determinado motivo. No entanto, disse ter sido dada uma justificação, ainda que tenha ficado um pouco aquém do que deveria ter sido nessa matéria. -----

----- De seguida, deu, então, por encerrado o PAOD. Consequentemente, deu entrada ao período da ordem do dia, com a apresentação do seu primeiro ponto: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)", após o que concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu não ter muito a dizer, dado que na documentação que tinha sido distribuída estava minimamente explícita toda a actividade da Câmara Municipal, no período a que reportava, tendo-se disponibilizado para responder, dentro do possível, a todas as questões que viessem a ser colocadas pelos Senhores Deputados. -----

----- Aberto o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que relativamente às obras por administração directa, especificamente a reparação do pavimento na Rua do Casal, ligação de Sangalhos a Avelãs de Caminho, referiu que o pavimento tinha sido destruído por uma empresa de transporte de efluentes para a ETAR. Nessa medida, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o camião transportava o peso regulamentado por Lei, ou se era em excesso e, como tal, que tenha provocado esse desmoronamento na estrada. Aproveitou, também, a oportunidade para avisar o Senhor Presidente da Câmara quanto ao facto do camião circular no sentido Poente/Nascente, passando pela Rua da fábrica do Senhor Mendes e Filhos, alertando para o péssimo estado em que se encontra essa Rua, sendo que o camião, ao desviar-se dos buracos, provocou o derrube de algumas árvores existentes no local. Acrescentou, ainda, tratar-se de uma estrada estreita, e com bastante trânsito, que no período de férias que se aproximava, passaria a ser frequentada por crianças, a circularem de bicicleta, que poderia, ao mínimo descuido, ocasionar um acidente. Assim, gostaria que o camião pudesse utilizar outra rota que não aquela. Interpelou, também, o Senhor Presidente da Câmara relativamente à estrada onde está sedeada a empresa Socasca, no Videiro, na medida em que, de Inverno, os habitantes têm dificuldade em chegar às suas habitações com tanta lama, uma vez que a empresa transporta barro, e de Verão, vêem-se confrontados com imenso pó a entrar nas suas casas. Entretanto, e de acordo com informações que disse ter recolhido na própria empresa, perguntou se era verdade que tinha sido celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal e a empresa, em que a última se responsabiliza, perante a Autarquia, a pavimentar o acesso dos seus camiões e a proceder à limpeza do pavimento para evitar as situações desagradáveis, quer



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Inverno, quer de Verão. Saudou, ainda, o Senhor Presidente da Câmara pelo facto da aplicação do novo sistema de desinfecção no sector de abastecimento de água ter resultado, de acordo com opiniões recolhidas de algumas pessoas e pela sua própria experiência. A água chega efectivamente em melhores condições, pelo que louvou a atitude rápida com que o Senhor Presidente da Câmara procurou melhorar a situação dos Municípios. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que começou por informar o Senhor Presidente da Câmara de que procurava fazer as suas intervenções de acordo com a ordem de trabalhos e explicou ter sido por esse motivo que tinha anteriormente falado da questão dos cães, por não ter enquadramento nos primeiro e segundo pontos da ordem de trabalhos. Entretanto, disse ter-se admirado e até lamentou a desvalorização que o Senhor Presidente da Câmara imprimiu à sua intervenção, achando que, em vez de falar de um assunto tão importante como os cães vadios, deveria tê-lo elogiado por ter finalmente colocado em funcionamento as Estações Elevatórias. Então, relativamente à ETAR de Mogofores, uma das que tinha vindo a dar muitos problemas, disse não saber se o sistema já estaria em pleno funcionamento ou se estaria em fase experimental, ou se a ETAR estaria mesmo desactivada ou a ser, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara lhe fornecesse essas informações. No entanto, referiu ter tido conhecimento, através da comunicação social, de algumas declarações de intenções do Senhor Presidente da Câmara em desactivar a ETAR e no conseqüente aproveitamento daquele espaço para um parque de lazer. Congratulou-se com essa intenção por achar muito bem, mas, no entanto, disse ao Senhor Presidente da Câmara para não esperar que o elogiasse por isso, ou que lhe fizesse agradecimentos por tal, por considerar que o que Senhor Presidente da Câmara tinha feito era o que qualquer Presidente de Câmara deve fazer, e que é inerente às funções de um Presidente de Câmara, cuidar desse tipo de questões e pormenores. Referiu, também, que o Senhor Presidente da Câmara o tinha feito, ainda que, e na sua perspectiva, tardiamente, mas ainda assim bem. Relativamente à questão da pavimentação das estradas, um outro problema do concelho – *“as estradas do concelho estão em miserável estado”* – constatou que uma grande quantidade de quilómetros de estrada estava a necessitar de uma remodelação total, mas que, no documento, verificava que o Senhor Presidente da Câmara ia intervindo, fazendo algumas pavimentações, parecendo, até, mais a pedido do que enquadrado num projecto devidamente estruturado de reparação de estradas. Por tal facto, disse pensar ser tempo de cuidar das estradas do concelho, até porque uma parte das estradas que se encontram em más condições estão dentro da periferia cidade, e que, portanto, na sua perspectiva, devem ter uma atenção redobrada. Por outro lado, considerou também fundamental que as estradas sejam traçadas, porque, principalmente nas curvas, ninguém respeita a sua faixa de circulação e, muitas vezes, é necessário fazer desvios *in extremis* para evitar choques. Referiu, então, que a verdade era que a falta de marcação potencia futuros acidentes, pelo que o Partido Socialista considera que esse problema deveria ser resolvido nas estradas do concelho. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) para fazer uma chamada de atenção relativamente ao documento em apreço. Referiu, então, ser comum no documento que o Senhor Presidente da Câmara mandava produzir e assinava, haver um item referencial à Educação, para dizer que seria bom que esse item, efectivamente, fosse dizendo a que situações da educação elas se comportam, porque fazer reparações em diversos estabelecimentos de educação e de ensino, tem a ver com aqueles que estão adstritos à Câmara Municipal e não a todos os estabelecimentos de ensino – “porque, se não, qualquer dia ainda nos hão-de perguntar onde estão as obras na Secundária que nunca mais se vêem ou que aquilo está a cair e ninguém lhe põe a mão já que a Câmara Municipal faz obras nos estabelecimentos de ensino”. Portanto, disse que pensava que deveria ficar definido no articulado do ponto 3.4 quais as escolas ou os locais em que essas intervenções estão a ser feitas ou os apoios que foram prestados, para que, na realidade, não subsistissem dúvidas relativamente a outras situações. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que aproveitou para sugerir ao Senhor Presidente da Câmara que as passadeiras que andavam a ser feitas em Anadia com lombas, que fossem extensíveis às restantes povoações do concelho, porque, principalmente nas povoações com muito movimento, considera ser muito importante a existência dessas passadeiras. Passando a falar do ponto um da informação – manutenção de parques e jardins – assunto que disse estar relacionado com a questão que tinha colocado anteriormente ao Senhor Presidente da Câmara sobre a parceria com a Sociedade das Águas, referiu existir na Curia uma Creche e Jardim-de-Infância que tem um jardim repleto de silvas, com cobras, onde o pessoal da Câmara Municipal não é capaz de arranjar o jardim, mas, por outro lado, andou a cortar os arbustos do Parque da Curia e que são pertença do Parque. Por tal motivo, perguntou porque razão os funcionários da Câmara Municipal tratam da propriedade privada e não tratam dos jardins da Câmara Municipal. -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade (PSD) para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da possibilidade de efectuar uma pequena marcação de estacionamento no Largo da Igreja de Avelãs de Caminho, porque aquando da realização de missas ou outros eventos, muitas pessoas estacionam naquele lugar e a GNR autua essas pessoas. Referiu tratar-se de uma solução para a qual a Junta até já tinha um pequeno esboço cedido por um particular que, a ser possível, revelar-se-ia eficiente. -----

----- Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. O Senhor Presidente da Câmara começou por responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU) e, relativamente à questão da Estrada do Casal, informou que o veículo que procede aos transportes tem carga autorizada, por se tratar de um carro cisterna que pensa respeitar as normas em vigor. No entanto, reconheceu que as estradas do concelho, principalmente aquela,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com problemas de drenagem e humidade, até ficarem definitivamente bem, necessitam de várias intervenções, informando estar mesmo programada uma intervenção final para breve. Mas referiu tratar-se de situações imprevistas, originadas por descargas para a ETAR efectuadas pela empresa Sogrape, porque a Câmara Municipal não lhe autorizou descargas para outros locais, a não ser no colector que segue directamente para a ETAR de São João de Azenha, pelo que, como a empresa não tinha alternativa, tinha de utilizar a estrada. Como em qualquer situação, a Câmara Municipal ganhou por um lado e perdeu por outro e, como é à Câmara Municipal que compete a preparação das estradas para a circulação de cargas superiores que o equipamento possa transportar, terá de proceder ao seu arranjo, até porque o transporte cumpre as normas em vigor. Quanto ao derrube das árvores, disse ter conhecimento da situação, mas também informou que as mesmas estavam para fora da estrada, por si já apertada, o que complica a situação, a qual disse que iria tentar ser resolvida pela Câmara Municipal, ou falando com os proprietários para o fazerem ou, até, sendo a Autarquia a fazer. Relativamente à empresa Socasca, informou existir, efectivamente, uma intenção de protocolo, estando a Câmara Municipal disponível para colaborar, ainda que não saiba se irá resolver o problema do pó e da água, acabando por informar o Senhor Deputado de que iria procurar encontrar uma solução. Sobre a água, disse que a Câmara tinha feito uma intervenção nos depósitos de Anadia, mas que também existia uma outra situação que contribuía para que a água chegue em melhores condições ao consumidor final, que era o facto de, como se verifica um maior consumo de água, o tratamento não se concentra tanto nas pontas, aliado a um pouco mais de acompanhamento do equipamento que faz o tratamento. Referiu, ainda, que a Câmara Municipal, também pelas análises que recebe, tinha a noção de que a água está realmente melhor. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho, o Senhor Presidente da Câmara começou por lhe dizer que dele nunca esperava elogios, pretendia, apenas, que o Senhor Deputado testemunhasse que efectivamente tinha solucionado o problema que tantas dores de cabeça tinha causado à população, acabando por lamentar essa falta. Acrescentou, também, que um dos defeitos do Senhor Deputado era nunca reconhecer que os outros são capazes de fazer bem, a não ser os Deputados do PS. Concordou, entretanto, com o Senhor Deputado relativamente à marcação das estradas, que considera melhorar efectivamente e ser uma aposta da Câmara Municipal, acrescentando que tinha sido adquirida uma máquina para repavimentar, pelo que, após a repavimentação, seria feita a marcação. Em resposta ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), referiu que a Câmara Municipal tem sido sensível aos pedidos que os estabelecimentos de ensino, nomeadamente as C+S, têm apresentado, informando que a Autarquia, na medida do possível, tem colaborado. Reconheceu, no entanto, que talvez a Câmara Municipal não tem sabido dar a conhecer as intervenções que tem vindo a fazer para além das legalmente definidas e cometidas às Autarquias, mas, e ainda que possa vir a ser concretizada essa "publicidade", garantiu ao Senhor Deputado que a Câmara Municipal iria



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuar a colaborar com as Escolas do concelho, de direito privado ou público, no sentido de trabalhar para proporcionar melhores condições aos seus alunos. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Câmara informou-o de que as passadeiras iriam ser extensíveis, pelo menos, aos pontos mais sensíveis do concelho - na Mata, em Sangalhos, requalificar a estrada da EB 2/3 e vamos fazendo essa requalificação. Além dessas passadeiras relevo, informou que a Câmara Municipal também iria fazer a marcação de algumas existentes, em que a estrada se encontra em boas condições mas que a marcação não é a mais correcta. Sobre a limpeza do Parque da Curia, disse não saber se os funcionários da Câmara Municipal tinham andado a limpar o Parque em detrimento do jardim do Jardim-de-Infância, no entanto, referiu que muitas vezes eram esquecidas as obrigações com o exterior o Parque da Curia, pelo que, como os seus arbustos não são cuidados, era comum a Câmara Municipal aparar esses arbustos no exterior do Parque. Acrescentou, entretanto, que iria tomar em conta a recomendação do Senhor Deputado relativamente à limpeza do espaço envolvente ao Jardim-de-Infância de que tinha falado. Quanto ao pedido do Senhor Deputado César Andrade (PSD), informou que logo que a Câmara Municipal tenha disponibilidade, e uma vez que a Junta de Freguesia já tinha o esboço, atenderá o pedido. -----

----- Prestados os esclarecimento pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) para uma nova intervenção. O Senhor Deputado esclareceu que gosta de elogiar, e por isso disse que estava bem, mas que não é capaz de bajular, até porque considera que o Senhor Presidente da Câmara fez a sua obrigação. Entretanto, disse que o Senhor Presidente não lhe tinha respondido se a ETAR de Mogofores estava em processo de desactivação activo ou se estava ainda em espera, se o processo estava em velocidade de cruzeiro ou em fase experimental. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Câmara informou que na passada segunda-feira tinha sido desactivada, ficando a faltar, entretanto, a elaboração de um projecto para a sua requalificação, para a qual a Câmara Municipal terá de arranjar alguém com conhecimento para o efeito, porque nunca pode ser esquecido que aquele local serviu de depósito de águas residuais durante muitos anos. Referiu, também, não saber o custo de um projecto dessa natureza, nem saber como se faz, adiantando, no entanto, que já tinham sido dadas orientações no sentido de celebrar um contrato com uma empresa que indique o caminho que a Câmara Municipal terá de seguir e, se possível, concretizar esse projecto. Acrescentou, ainda, que não podia garantir que não fosse emanado, ainda, algum mau cheiro do local, ou, até, apodrecimento, por se encontrar tudo ali parado, mas referiu como certo que a Câmara Municipal iria ter um trabalho complicado, pelo facto de se tratar de grandes buracos, que não são facilmente nem rapidamente passíveis de ser tapados, para além de que deverá existir uma técnica especial para o fazer, pelo que disse que não gostaria de se comprometer com algo do qual não tinha conhecimento suficiente para o fazer. Antes de concluir, explicou que quando



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse que no local seria implantada uma zona de lazer, foi por considerar existir carência desses locais e, vendo o local requalificado, à beira do rio, e o próprio rio tratado, seria interessante. Declarou, então, ser essa a intenção da Câmara Municipal e acrescentou que caso o projecto se venha a revelar bastante caro, poderá, inclusivamente, vir a ser contemplado pelos fundos comunitários, ainda que não pudesse indicar um prazo, por se tratar de um projecto que será moroso, sendo que o mais importante era acabar com o mau cheiro, o que foi conseguido. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) para solicitar um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal quanto às obras do Complexo Desportivo e da Zona Industrial de Vale de Salgueiro. Começou por lembrar que o campo sintético de futebol de onze do Complexo Desportivo, quando chove, ficava impraticável, e como tinha ouvido falar que estava prevista uma intervenção no sentido de regularizar o piso, este Verão, queria, por um lado, saber se, de facto, isso corresponde à realidade, se está prevista essa intervenção no sentido de melhorar as condições da prática do desporto. Por outro lado, destacou uma referência no documento ao início do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale de Salgueiro, em Alféloas, e perguntou como o Senhor Presidente da Câmara conciliava isso com o facto de haver, na listagem das acções, uma acção da QUERCUS e do Senhor Fernando Afonso, a pedir que aquela Zona seja retirada do PDM. No fundo, disse que pretendia saber qual o estado dessa acção e como era conciliável uma coisa com a outra, bem como qual era a situação relativamente à providência cautelar interposta ao Ministério da Saúde por causa do encerramento do serviço de urgências do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia. -----

----- Para intervir, de seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se já tinha sido informado sobre o novo traçado do concelho para passagem do TGV, uma vez que alguns proprietários de terrenos se revelam preocupados. Perguntou, também, se com a requalificação da Zona Industrial do Paraimo, a mesma iria ter saneamento e se estaria demorado o projecto de iluminação da Avenida que liga à rotunda da Fogueira. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às anteriores intervenções. Começando por responder ao Senhor Deputado António Silva (PSD), relativamente à questão do piso do campo sintético, informou que, de acordo com informação dos técnicos, existem duas soluções, para além da regularização do piso que o Senhor Deputado falou, regularização essa que não se impõe, então, por haver outras formas de resolver o problema, mais céleres e mais eficazes, na medida em que, como explicou, a regularização de um espaço daqueles é sempre um processo complicado - para ter o escoamento normal teria de ter muito mais inclinação, pelo que, de acordo com os técnicos, existem outras soluções que informou que iriam ser ensaiadas, até porque ficam mais baratas. No entanto, disse que se essas soluções não resolverem, a Câmara Municipal terá de optar por uma solução mais cara e que passa pelo levantamento do piso sintético e consequente reaplicação. Quanto à Zona Industrial de Vale de Salgueiro, informou



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tinha sido interposta uma providência cautelar, sobre a qual o Tribunal só deu provimento a algumas situações, provimento esse que não foi dado ao pedido de paragem do processo de revisão do PDM. Informou, ainda, que essa providência cautelar deu lugar a uma acção que decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, ressalvando que essa acção não impedia o desenvolvimento da área em questão, tornando-se apenas necessário que a Câmara Municipal tenha aprovado os instrumentos urbanísticos adequados para poder avançar, até porque os terrenos são da Autarquia e têm de ser rentabilizados. Relativamente à questão da providência cautelar do Ministério da Saúde, informou que já tinham sido ouvidas as testemunhas, devendo estar para breve o desfecho do processo, adiantando que, em princípio, não será expectável uma solução favorável para Anadia, ainda que considere que o importante não é o sentido da decisão mas a resolução do problema das urgências. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara informou que as obras de saneamento e de recuperação de todas os espaços da Zona Industrial do Paraimo já tinham sido iniciadas e informou, também, que seria iluminada toda aquela área até à rotunda, como tinha anunciado, para a qual a Câmara Municipal já tinha pedido à EDP para se pronunciar. Relativamente ao traçado para passagem do TGV, informou que a Câmara Municipal não tinha dados oficiais sobre essa passagem, tinha sim, um mapa de intenção, que é global, mas ainda não tinha uma decisão eficaz do seu traçado e, conseqüentemente, do que iria afectar. No entanto, disse que pensava que o traçado se afastava mais para Poente do concelho de Anadia, afastando-se da actual linha do Norte, voltando a referir que, oficialmente, ainda não tinha solicitado qualquer parecer ou informação à Câmara Municipal. -----

----- Decorrido o último esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto um da ordem do dia, passando, de imediato, a apresentar o ponto dois da mesma: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de reconhecimento de equipamento de interesse público municipal, à obra do Complexo Social da Casa do Povo de Amoreira da Gândara, no que se refere ao seu enquadramento na política de ordenamento do Plano Director Municipal de Anadia, em conformidade com o disposto na alínea g) da Ficha Instrutora dos Procedimentos de Reconhecimento de Interesse Público da Ocupação de Áreas da Reserva Ecológica Nacional, emanada da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e nos termos das alíneas n) e p) do n.º 1 e alínea b) do n.º 3 do art.º 3.º do RAMA", após o que concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que o objectivo do ponto dois residia na autorização para instalação de equipamentos em zona de REN, que, de acordo com o PDM de Anadia, tem de ser a Assembleia Municipal a decidir, sob proposta da Câmara Municipal. Explicou, então, que a Casa do Povo de Amoreira da Gândara tem uma instalação que está muito limitada e com algumas complicações em termos de espaço, pelo que está a necessitar, urgentemente, de que lhe seja facultada a possibilidade em discussão, no sentido de lhe permitir a ampliação e remodelação das instalações e, conseqüentemente, poder acolher e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tratar de mais quarenta e cinco utentes. Concluiu tratar-se de uma necessidade, para a qual a Câmara Municipal tem procedimento legal para dar resposta, desde que com a anuência da Assembleia Municipal. -----

----- Introduzido o ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que começou por referir que o PS concordava com esse desbloqueamento e que, evidentemente, iria aprová-lo. No entanto, disse parecer-lhe importante lembrar que, tratando-se de um terreno de cheias, com uma vala confinante que, eventualmente, poderá vir a transbordar, e porque, por experiência própria, sabia da aflição que era a água invadir instalações onde se encontram crianças ou muita gente, disse pensar ser necessário tomar algumas precauções na construção do edifício, de modo a evitar futuros percalços e futuras preocupações. -----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que as preocupações de que o Senhor Deputado tinha falado aconteciam sempre, porque, o projecto mantém o alinhamento de uma construção existente e, também, porque a própria Lei define que o leito cheia não seja afectado, impondo cinco metros de afastamento, que a requerente irá cumprir, de acordo com a proposta. Acrescentou, ainda, que a cota de soleira terá de obedecer ao que está definido por Lei, de forma a que, futuramente, não haja responsáveis por qualquer tipo de inundação, o que disse estar acautelado. -----

----- Concluída a discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à sua votação, o qual anunciou ter sido aprovado por unanimidade, com trinta e dois votos a favor. -----

----- Entretanto, informou que tinha sido apresentada à Mesa uma proposta do GM do PSD, para aprovação em minuta do ponto dois da ordem do dia, tendo passado de imediato à sua votação. Decorrida a votação, anunciou que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e dois votos a favor. -----

----- Encerrado o período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada ao período de intervenção do público, nos termos do artigo 36.º do RAMA, informando o Plenário de que tinham dado entrada na Mesa duas inscrições. -----

----- Para uma primeira intervenção, e cumprindo a ordem de entrada dos pedidos na Mesa, concedeu a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco de Azevedo, cuja intervenção se tenta transcrever na íntegra: *"Boa tarde a todos. Fico triste. Sou cidadão, munícipe e Presidente da Comissão Política do CDS-PP Anadia. E penso na exposição pública que é feita pela Câmara, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Anadia, deve ser, e tem de ser, acompanhada de mais organização, melhor gestão e mais rigor relativamente às matérias abordadas, porque o Senhor Presidente não tem que saber tudo. Por isso pergunte aos Vereadores, aos técnicos, etc. Este é o primeiro ponto. Segundo ponto, quanto à polémica interna do PSD e às cartas polémicas, o Senhor Presidente é que devia estar preocupado, tanto como Presidente da Comissão Política PSD Anadia, como Presidente da Câmara, visto que é na*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua casa que o problema começou. O Senhor sempre soube o que estava a acontecer. Continuará a estar e esses problemas continuarão a existir se nada se fizer. Como nada fez, e já agora que o Senhor Presidente fala em autoridades, então, tem entre mãos um caso de polícia. Se nada fizer, como diz o Povo, quem cala consente, Senhor Presidente. A questão dos funcionários, a questão do PDM, a questão de pessoas que, obviamente, se devem sentir pressionadas a todos os níveis, ficam no ar. Isto não é bom para Anadia, não é bom para Portugal. Este era o segundo ponto. Terceiro ponto, é mais uma dúvida, onde é que são publicadas as actas das Assembleias Municipais? Na Internet? E, também, já agora, se não poderiam ser publicadas na Internet as contas, obedecendo àquilo que são as boas práticas da gestão autárquica, por exemplo, subsídios às Juntas, etc. Quarto ponto, existe, de facto, uma má organização e uma alteração de datas que originou coincidências com uma festa na Póvoa do Pereiro, ao mesmo tempo que havia uma Feira da Vinha e do Vinho, que causou maiores dificuldades, numa festa que costuma dar lucro, como é a Festa de São João, na Póvoa. Foram adiadas as datas da Feira, gostaria de saber o que é que o Senhor Presidente vai fazer relativamente a esta situação. Quinto ponto. Também apregoa pluralismo político-partidário, porque não incentiva à intervenção das várias forças políticas nos actos públicos que existem no concelho? E último ponto. Já agora, porque não põe um reclame luminoso da Caixa Agrícola no edifício aqui da Câmara Municipal? E, já agora, quanto é que se paga? Então, já agora, porque é que não vêm outros bancos também fazer o mesmo que faz a Caixa Agrícola, o BES, o Millenium, o Montepio, o Banif, por exemplo. Tenho dito. Boa tarde! Muito obrigado.” -----

----- Para responder à primeira intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por referir que o munícipe, pelo interesse e entusiasmo que demonstra pela vida pública e pela vida autárquica, irá ter sucesso. Aconselhou-o, então, a lutar e, ao mesmo tempo, lamentou ser mais velho e não poder estar ao seu lado para ser seu parceiro, em minoria, para ver o que faria melhor do que o actual Presidente da Câmara. Entretanto, disse que o munícipe se tinha apresentado num acto público, a sessão da Assembleia Municipal, aberta ao público, mas que não sabia o que estava a dizer, que não revelou qualquer eficácia nas suas palavras. Perguntou-lhe, de seguida, se tinha dúvidas quanto ao facto das actas da Câmara Municipal não serem publicadas de acordo com a Lei, ao facto das contas do Município não serem transparentes, que a Câmara Municipal tem o direito de fazer as festas quando entender. Em conclusão, disse que parecia que, perante o projecto que adiantava, iria mudar o concelho do avesso. -----

----- Para voltar a intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco de Azevedo, cuja intervenção se tenta transcrever na íntegra: “Como todos viram, acabou o Senhor Presidente por não responder a nada das minhas perguntas que foram feitas. Portanto, isto não é uma democracia, isto é outra coisa qualquer. Eu fiz seis perguntas, seis pontos muito concretos e nada foi respondido. Muito boa tarde. Continuem assim que vão longe.” -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Novamente na posse da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ter ficado com a ideia que o cidadão não tinha feito perguntas, o que o levou a conjecturar uma série de situações que não tinham por base perguntas. Sobre as actas, perguntou ao cidadão se queria que as colocasse noutra sítio e que lhe dissesse onde, porque nada tinha a responder sobre essa matéria. Entretanto, referiu que se o cidadão tinha todo o direito de se apresentar no acto público que é a Assembleia Municipal, também tinha a obrigação de ir procurar saber qual o procedimento da Câmara Municipal. -----

----- Cumprindo a segunda inscrição, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão André Filipe Martins Ferreira de Oliveira, cuja intervenção se tenta transcrever na íntegra: *“Boa tarde a todos. As minhas questões são concretas e são directas. São quatro pequenos esclarecimentos. Em primeiro lugar, o Senhor Presidente falou há pouco da carência de espaços verdes no concelho. Gostaria de lhe perguntar para quando é que está projectado a construção de um parque da cidade de Anadia. De um parque, não é de um espaço verde. Em segundo lugar, gostaria também de saber qual é o envolvimento da Câmara Municipal de Anadia, ou do Município de Anadia, na Agenda XXI. Em terceiro lugar, foi dito aqui em última reunião de Câmara, mediante a questão colocada por mim próprio, que a Câmara Municipal de Anadia não iria proceder à recolha de óleos alimentares, porquanto existiriam empresas privadas que se dedicam a esse tipo de funções. Gostaria de saber se a Câmara Municipal de Anadia fará o mesmo relativamente a outros factores, sobretudo na área da construção, se cessa também a prestação de serviços, tal qual, ou se faz uma mitigada cessação. Finalmente, relativamente a esta situação da denúncia privada através de uma carta privada, mas que no fundo é pública, são públicas as declarações de uma pessoa que faz parte do Partido Social Democrata, pôs em causa o nome do Município de Anadia, não foi apenas da Câmara de Anadia, se para bem do Município de Anadia e da sua imagem, a Câmara vai fazer alguma obrigação oficial, tendo em conta as denúncias que foram feitas, de forma a, de uma vez por todas, pôr fim a esta questão. É tudo.”* -----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder. Quanto à questão do parque da cidade, esclareceu que não se fazia um parque da cidade se não houver condições físicas para avançar com ele, porquanto, tem de ter espaços, árvores, muitas coisas, e tem de ser ter por base um projecto ambicioso. Nesse sentido, informou o cidadão de que, logo que estejam reunidas as condições para esse projecto aparecer, a Câmara está disponível para com ele trabalhar. No entanto, lembrou que o Município tinha parques privados, como o da Curia, mas não deixou de referir a dificuldade que qualquer cidadão comum terá em rapidamente criar um projecto para um parque, à semelhança da maior parte dos parques existentes, privados ou públicos, mas que têm exploração própria. Reforçou a ideia de que um parque como o pretendido não se faz de um dia para o outro, mas aceitou tratar-se de reivindicações que os jovens têm direito a fazer e adiantou que o Presidente da Câmara de Anadia não via, com facilidade, a construção de um grande parque, disponibilizando-se, antes, para construir localmente pequenos parques,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que são os que interessam a Anadia e às suas freguesias, dando como exemplos a lagunar de Mogofores, a Lagoa de Torres, a Lagoa do Paul. Não deixou, no entanto, de informar que a Câmara Municipal de Anadia tem outras prioridades e de dizer que o concelho de Anadia é um autêntico parque natural, com uma vasta área de floresta, de rica vegetação, adiantando que, por vezes, interessa mais cuidar o que tem do que criar certas iniciativas só porque são nomes, são chavões que, efectivamente, não convencem as pessoas. Relativamente à participação na Agenda XXI, referiu que a Câmara Municipal se limita a acompanhar e a participar no que tem a participar, porque não lhe convence muito todos esses grandes objectivos definidos em agenda, à Câmara Municipal interessam mais coisas objectivas, que no dia-a-dia dão resposta às populações. Embora com alguma ambição, disse não ter grandes ambições nessa matéria. Quanto aos óleos alimentares, perguntou porque não poderia concessionar a sua recolha a empresas especializadas, até porque a Câmara Municipal não tem condições legais para o fazer, à semelhança do que faz com os óleos das máquinas, a quem paga, uma empresa privada que efectua a sua recolha nas próprias oficinas municipais. Acrescentou, ainda, que não deveria ser a Câmara Municipal a dar resposta, até porque as Câmaras Municipais, actualmente, vão dar cada vez menos respostas e, inclusivamente, deixarão de emitir licenças de obras porque haverá gabinetes técnicos que se terão de responsabilizar perante as situações, que é o fim para que aponta o chamado *Simplex*. Adiantou, também, que essa resposta que deixará de ser dada pelas Câmaras Municipais tem também na sua origem o facto de estarem limitadas na contratação de pessoal, entre outras, explicando que as empresas municipais foram criadas precisamente para substituir uma gestão das Câmaras que pode ser agilizada por essas empresas, acabando o Presidente da Câmara e os Vereadores, por passar a ser mais um órgão político do que um órgão executivo. Por fim, quanto à insinuação do que se estaria a passar no seu Partido, sugeriu ao cidadão para se preocupar com o que se passava no dele e em arranjar militantes para o dele, e não com a atitude do Presidente da Câmara, até porque o Presidente da Câmara, como disse, não estava preocupado com a situação, nem com a possibilidade de se tornar um caso de polícia, até porque quando não se faz não se prova. No entanto, garantiu que o Presidente da Câmara responde sempre pelos seus actos e, como tal, também estará pronto para responder por esse, que foi um óptimo acto. Acrescentou, ainda, que aquilo que muitas vezes preocupa os Partidos que na Assembleia em curso discutem aquilo que dizem que o Presidente da Câmara fez, que não fez, é que viram sair indivíduos das suas próprias fileiras, que eram eventualmente militantes dessas fileiras e que, portanto, de mau grado, os viam, entretanto, do lado do PSD, por entenderem que saíam valorizados com uma possível prestação no PSD. -----

----- Novamente para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao cidadão André Filipe Martins Ferreira de Oliveira, cuja intervenção se tenta transcrever na íntegra: *"Eu falei relativamente aos serviços, não falei relativamente às funções. O Simplex, e não só, têm vindo a restringir as capacidades das Câmaras Municipais e doutros órgãos também da administração regional, de ter uma intervenção activa. Eu falava dos*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serviços em concreto, não falava do poder legal. Relativamente à última questão, não me interessa a questão partidária, interessa-me a questão da imagem do Município, porque são os munícipes de Anadia que são postos em causa. O Senhor está preocupado com o seu Partido, eu estarei preocupado com o meu, as pessoas que são apartidárias estarão preocupados com todos. A todos nos une, quer a si, quer a mim, quer a todos os presentes, a imagem da política em geral, do Município, seja no Partido A, B ou C. Portanto, não é uma questão partidária, é uma questão de imagem do Município, apenas.” -----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que o cidadão não tinha qualquer autoridade para falar no seu Município, ou nos munícipes, e perguntou-lhe por quem tinha sido mandatado para fazer as declarações que tinha feito. Antes de terminar, aproveitou a oportunidade para convidar os Senhores Deputados para estarem presentes na inauguração da Biblioteca Municipal de Anadia, no dia três de Julho, às dezoito horas. -----

----- Concluída a resposta do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de intervenção do público e, nada mais havendo a tratar deu de imediato por encerrada a sessão ordinária do mês de Junho, quando eram dezanove horas e quinze minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -